



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

PREGÃO ELETRÔNICO

0015/2026

CONTRATANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

OBJETO:

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo para locação de estruturas, equipamentos (palcos, sonorização, banheiros químicos, gerador, iluminação, camarim tendas, arquibancadas com montagens e desmontagens), para atender as festividades do calendário do município de Itambé-BA, promovidos pela Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:

0246.08.05/2026

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 1.509.707,17 (um milhão, quinhentos e nove mil, setecentos e sete reais e dezessete centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 03/06/2026 às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0030/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0246.08.05/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE ITAMBÉ-BA**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER**, por meio do Setor de Licitação e Contratos, sediado na Praça Osório Ferraz, nº 01, Centro, CEP: 45.140-000, Itambé – BA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 025/2023, de 22 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo para locação de estruturas, equipamentos (palcos, sonorização, banheiros químicos, gerador, iluminação, camarim tendas, arquibancadas com montagens e desmontagens), para atender as festividades do calendário do município de Itambé-BA promovidos pela Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

2. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os recursos orçamentários decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos informados pela Diretoria Financeira, vejamos:

2.1.1. ÓRGÃO: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ; PROJETO: 2044 – Apoio e Realização de Eventos Culturais e Festejos Tradicionais; ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros serviços Pessoa Jurídica; FONTE DE RECURSO: 1.500.0000 – Recursos Livres de Impostos.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema Licitanet Licitações Eletrônicas, através do endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas neste edital de licitação durante período de apresentação de Proposta de Preços.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens que aferirem total de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), como valor de referência, a participação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

~~4. — DA COTA RESERVADA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA ME E EPP. Não se aplica.~~

~~4.1. — Quando adequada aplicação do dispositivo legal.~~



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

~~4.2. Conforme instituído no art. 48, inc. III, da Lei Complementar nº 123/06, com as alterações da Lei Complementar nº 147/14, ficam reservados os itens: xxxxx, assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.~~

~~4.2.1. Para a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, a proposta comercial deverá ser apresentada separadamente, conforme situações previstas no artigo 48, inc. III, da Lei Complementar nº 123/06, com as alterações da Lei Complementar nº 147/14, ressalvado o seguinte:~~

~~4.2.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.~~

~~4.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.~~

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Modelo;

6.1.4. Fabricante (se pertinente).

6.2. Não há necessidade de envio de Proposta de Preços física (PDF/DOC ou DOCX).

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.11. Das Garantias:

6.11.1. Será exigido das licitantes garantia de proposta em conformidade com o Art. 58 da Lei federal nº 14.133/21:

6.11.1.1. A garantia de Proposta será de 1% (um por cento) do valor da proposta inicial apresentada pela licitante;

6.11.1.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

6.11.1.3. A licitante que prestar Garantia de Proposta na modalidade de Caução em Dinheiro, deverá solicitar sua devolução através do e-mail: financas.itambe@gmail.com, obedecendo ao prazo especificado.

6.11.1.4. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

6.11.1.5. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.11.1.6. A licitante que não apresentar a Garantia de Proposta, terá sua proposta rejeitada sumariamente.



6.11.1.7. A garantia de proposta que for realizada mediante seguro, o comprovante de pagamento deverá ser enviado juntamente com a apólice.

6.11.1.8. Somente a apresentação da apólice não comprova o atendimento à exigência de Garantia de Proposta. É imprescindível a apresentação do comprovante de pagamento junto com a apólice, sendo vedado o envio posterior de qualquer documentação complementar relativa à garantia.

6.11.1.9. As empresas devem verificar o documento enviado como garantia da proposta no sistema, se estiver corrompido, a empresa será desclassificada.

6.11.2. Poderá ser exigido das licitantes garantia de execução contratual em conformidade com o Art. 96 da Lei federal nº 14.133/21:

6.11.2.1. A garantia de execução contratual será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

6.11.2.2. A garantia de execução contratual deverá ser apresentada nunca em prazo inferior a 30 (trinta) dias, estando vinculado à apresentação dela a assinatura do contrato;

6.11.2.3. Nos casos de contratação de saldo de Ata de Registro de Preços, a empresa convocada deverá apresentar Garantia de execução contratual no prazo de 15 (quinze) dias após a convocação para assinatura do mesmo, sobre pena de rescisão contratual;

6.12. A critério da administração, os prazos para apresentação de garantias de execução contratual, poderão ser prorrogados por igual período.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o



máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após



decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de serviços similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 5.5 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



8.8.1. Os descontos superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor referencial, são passivos de diligência;

8.8.2. Os descontos superiores a 70% (setenta por cento) do valor referencial, deverão ser de ofício diligenciados.

8.8.3. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.3.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.3.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passivo de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Concluída a fase de aceitação da proposta de preços, o pregoeiro dará início a fase de habilitação que consistirá na análise da documentação de habilitação da empresa licitante classificada em primeiro lugar para o item.

9.2. A licitante que tiver o menor preço para o item, aceito pelo Pregoeiro, deverá comprovar sua habilitação, enviando documentação comprobatória na forma estabelecida na legislação no prazo de 2 (duas) horas, via sistema por meio eletrônico pela opção "DOCUMENTOS" do sistema www.licitanet.com.br, para que seja impressa pelo Pregoeiro e juntada ao processo.

9.2.1. Para comprovar autenticidade na documentação de habilitação enviada anteriormente via sistema, a licitante deverá encaminhar no prazo máximo de 01 (um) dia útil, as cópias autenticadas ou originais para que seja dada fé pública aos documentos pelo Pregoeiro ou membro da equipe de apoio.



9.2.2. A não remessa dos documentos no prazo acima indicado acarretará a DESCLASSIFICAÇÃO da licitante.

9.2.3. Quando a documentação apresentada, estiver autenticação digital, ou for mantida em site de consulta pública e gratuita, a licitante fica desobrigada de atender as exigências do **item 9.2.1.**

9.3. Para Habilitação na licitação exigir-se-á dos interessados a documentação relativa a:

9.3.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a licitante deverá comprovar a inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a apresentação das seguintes certidões:

9.3.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mando pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.3.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mando pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); Lista de Inidôneos, mando pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.3.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

9.3.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de serviços similares, dentre outros.

9.3.6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.4. Relativos À Habilitação Jurídica:

9.4.1. Cédula de identidade dos responsáveis;

9.4.2. Registro comercial,



9.4.3. No caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado,

9.4.4. Em se tratando de sociedades comerciais,

9.4.5. No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo,

9.4.6. No caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, decreto de autorização,

9.4.7. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.5. Relativos À Qualificação Técnica:

9.5.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.5.2. Para os itens que envolvam montagem, instalação e operação de estruturas temporárias, estruturas metálicas, palco, iluminação, sonorização, arquibancadas, camarotes ou demais serviços que demandem responsabilidade técnica especializada, a licitante deverá comprovar possuir responsável técnico devidamente habilitado, com registro ativo junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo, mediante apresentação de certidão de registro e quitação da pessoa jurídica e do profissional responsável.

9.5.3. A comprovação do vínculo do responsável técnico com a licitante poderá ocorrer mediante apresentação de:

9.5.3.1. carteira de trabalho;

9.5.3.2. contrato social;

9.5.3.3. contrato de prestação de serviços;

9.5.3.4. declaração de contratação futura, acompanhada de anuência do profissional;

9.5.3.5. outro documento juridicamente idôneo.

9.6. As exigências previstas nos itens 8.5.2 e 8.5.3 não se aplicam aos itens 1, 7 e 17 do objeto da presente licitação, em razão de sua natureza operacional e da ausência de complexidade técnica que demande acompanhamento por profissional habilitado.

9.7. A empresa vencedora deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, referente aos serviços que legalmente exijam acompanhamento técnico especializado, nos termos da legislação profissional vigente.

9.8. Relativos À Qualificação Econômico-Financeira:



9.8.1.1. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.8.1.2. Comprovante de Capital Social ou patrimônio líquido no mínimo de 10 % do valor estimado de contratação.

9.9. Relativos À Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.9.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

9.9.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.1.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, expedida de forma conjunta pela Procuradoria Geral do Estado do Bahia, nos termos do Decreto Estadual nº 28595 de 30/12/1981 (Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Estado) e pela Secretaria da Fazenda do Estado do Bahia, com base na Lei Nº 3.956 de 11 de dezembro de 1981;

9.9.1.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, expedida pela Prefeitura Municipal;

9.9.1.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

9.9.1.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme o Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, e Lei nº 12.440/2011.

9.9.1.8. A Regularidade Fiscal na habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006:

9.9.1.8.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.9.1.8.1.1. Havendo necessidade de regularização da documentação fiscal e trabalhista que compõe a referida Documentação de Habilitação, a licitante vencedora, em se tratando de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, da data da convocação, prorrogáveis por igual período, a critério do MUNICÍPIO DE ITAMBÉ, ESTADO DA BAHIA, para apresentação da documentação pendente de regularização (art. 43, § 1º, da Lei 123/2006);

9.9.1.8.1.2. Não havendo a regularização no prazo estabelecido no subitem imediatamente anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar às



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura de contrato, ou fracassar a licitação.

9.10. Relativos À Declarações:

9.10.1. Declaração Conjunta – assinada no sistema no momento da apresentação da Proposta de Preços.

9.10.2. Declaração constando os dados, os contatos da empresa e indicação de responsável para assinatura do contrato, com as seguintes informações: Nome completo, RG, CPF, Endereço, Profissão, Contato telefônico e E-mail, atualizados. Deverá ser informado se o representante é administrador ou procurador.

9.11. Relativos Às Garantias

9.11.1. A licitante deverá apresentar Garantia de Proposta de 1% (um por cento) do valor da Proposta Inicial apresentada pela licitante.

9.11.2. As garantias deverão ser prestadas em conformidade com o Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.11.3. Nos casos em que a licitante optar por apresentar Garantia em dinheiro, esta deverá ser feita na seguinte conta bancária **AGÊNCIA 0282-8, CONTA CORRENTE: 29413-6, BANCO DO BRASIL**, favorecido Prefeitura Municipal Itambé Conta Movimento.

9.11.4. A licitante que não apresentar a Garantia de Proposta, terá sua proposta rejeitada sumariamente.

9.11.5. A garantia de proposta que for realizada mediante seguro, o comprovante de pagamento deverá ser enviado juntamente com a apólice.

9.11.6. Somente a apresentação da apólice não comprova o atendimento à exigência de Garantia de Proposta. É imprescindível a apresentação do comprovante de pagamento junto com a apólice, sendo vedado o envio posterior de qualquer documentação complementar relativa à garantia.

9.11.7. As empresas devem verificar o documento enviado como garantia da proposta no sistema, se estiver corrompido, a empresa será desclassificada.

9.11.8. A garantia de proposta na modalidade de Caução em Dinheiro, será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

9.11.9. A licitante que prestar Garantia de Proposta na modalidade de Caução em Dinheiro, deverá solicitar sua devolução através do e-mail: financas.itambe@gmail.com, obedecendo do prazo especificado.

9.12. Documentos apresentados que não foram solicitados não serão impressos.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

1.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



11.2.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.2.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.2.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 12.3.6. moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato; e
- 12.3.7. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.3.8. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.2.3, a multa será de 1% a 15% do valor do contrato licitado.



12.3.9. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.7, a multa será de 10% a 20% do valor do contrato licitado.

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

12.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.licitanet.com.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo a esta minuta.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.licitanet.com.br, <http://itambe.ba.gov.br/>, no diário Oficial do Município http://itambe.ba.gov.br/diario_oficial, no E-mail: licitacaocontratos@itambe.ba.gov.br e na sede da Prefeitura Municipal.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Minuta de Termo de Contrato

15.11.2. ANEXO II – Termo de Referência

15.11.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar

Itambé-BA, 19 de maio de 2026.

Célio Gomes Bittencourt

Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0030/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0246.08.05/2026

ANEXO – I

1. DO OBJETO

- ❖ Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo para locação de estruturas, equipamentos (palcos, sonorização, banheiros químicos, gerador, iluminação, camarim, tendas, arquibancadas com montagens e desmontagens), para atender as festividades do calendário do município de Itambé-BA.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

- ❖ A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER** RESOLVEM registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0030/2026**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 025/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

3. ÓRGÃOS GERENCIADOR

- ❖ O órgão gerenciador será o **MUNICÍPIO DE ITAMBÉ - BA** em nome da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- ❖ Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



- ❖ apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- ❖ demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- ❖ consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- ❖ A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- ❖ O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- ❖ Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- ❖ O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- ❖ O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.

5. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

- ❖ As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- ❖ O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



- ❖ A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

- ❖ É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

- ❖ A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- ❖ O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- ❖ Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- ❖ A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- ❖ O instrumento contratual de que trata o item 7. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- ❖ Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- ❖ Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:



- ❖ Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- ❖ Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- ❖ Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- ❖ Mantiverem sua proposta original.
- ❖ Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- ❖ O registro a que se refere o item 7. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- ❖ Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- ❖ A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- ❖ Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- ❖ Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.
- ❖ O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- ❖ Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



- ❖ O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- ❖ A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- ❖ Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- ❖ Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
- ❖ Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- ❖ Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- ❖ A existência de preços registrados implicará compromisso de prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- ❖ Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- ❖ Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a



execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

- ❖ Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- ❖ Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- ❖ No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- ❖ No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- ❖ Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- ❖ Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- ❖ Na hipótese prevista no item 11, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- ❖ Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- ❖ Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar



negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- ❖ Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- ❖ Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- ❖ Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 11, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- ❖ Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 7, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- ❖ Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 11, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- ❖ Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- ❖ O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



10. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

- ❖ As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- ❖ O remanejamento somente poderá ser feito:
- ❖ De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- ❖ De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- ❖ O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- ❖ Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- ❖ Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- ❖ Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao registrado beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços decorrentes do remanejamento dos itens.
- ❖ Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR

- ❖ O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- ❖ Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



- ❖ Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- ❖ Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- ❖ Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- ❖ Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- ❖ O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 11. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- ❖ Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- ❖ O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- ❖ Por razão de interesse público;
- ❖ A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- ❖ Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.DAS PENALIDADES

- ❖ O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.



- ❖ As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- ❖ É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- ❖ O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências que possam afetar a prestação dos serviços do objeto, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13.DA FISCALIZAÇÃO.

- ❖ Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.
- ❖ Comunicar imediatamente o CONTRATANTE sobre qualquer irregularidade nos produtos.
- ❖ Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- ❖ Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- ❖ A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução.
- ❖ A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de prestação de serviço.



- ❖ Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo CONTRATANTE.
- ❖ As reuniões serão documentadas por Atas de Reuniões, elaboradas pela fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.
- ❖ A Gestão desta Ata de Registro de Preços será realizada pelo senhor: **Reginaldo Araújo Spínola**, portador do Registro Geral RG sob o nº 5.192.542-79, inscrito no CPF sob o nº 604.877.125-87, funcionário desta prefeitura, lotado na Secretaria de Administração, enquanto Fiscalização o senhor **Alexsandro Rodrigues de Andrade**, inscrito no CPF sob o nº 913.024.555-91, funcionário desta prefeitura, lotado na Secretaria de Administração.

14. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS REGISTRADOS NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- ❖ Os serviços deverão ser iniciado no prazo de previsto nas Ordem de Serviços em local indicado na mesma OS, caso não seja possível a realização no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar, por escrito, as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior
- ❖ Os serviços deverão atender às exigências previstas na planilha do item 1.1 do Termo de Referência, anexo deste Edital de Licitação.

15. CONDIÇÕES GERAIS

- ❖ As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.
- ❖ No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0030/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0246.08.05/2026

ANEXO – II

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
ITAMBÉ - BA E A EMPRESA
..... NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE ITAMBÉ**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Osório Ferraz, S/N, Centro, CEP 45.140-000, Sede, Itambé-Bahia, inscrito no CNPJ sob n. 13.743.760/0001-30, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor: **José Cândido Rocha Araujo**, brasileiro, inscrito no CPF sob n. 119.246.595-49, residente e domiciliado na Praça Osório Ferraz, nº 120, Centro, CEP: 45140-000, Itambé – BA, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0172.20.03/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo para locação de estruturas, equipamentos (palcos, sonorização, banheiros químicos, gerador, iluminação, camarim tendas, arquibancadas com montagens e desmontagens), para atender as festividades do calendário do município de Itambé-BA promovidos pela Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR	TOTAL
1
TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 31 de dezembro de 2026, contados da data de sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto deste Edital até o limite máximo de 30% (trinta porcentos) do valor total do contrato, mediante prévia e expressa autorização da Administração, sem que isso exima a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais.

4.2. Para a efetivação da subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar à Administração a documentação comprobatória da capacidade técnica do subcontratado, a qual será avaliada pelo órgão competente e juntada aos autos do processo administrativo.

4.3. Fica expressamente vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica nas seguintes hipóteses:

4.3.1. Se a pessoa física subcontratada, ou os dirigentes da pessoa jurídica subcontratada, mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com:

4.3.1.1. Dirigente do órgão ou da entidade contratante;

4.3.1.2. Agente público que desempenhe função na licitação;

4.3.2. Agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

4.4. Se os envolvidos nas condições acima forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, das autoridades e agentes públicos mencionados.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A administração poderá exigir a apresentação de garantia de execução a depender do vulto e dos riscos que envolva a contratação de acordo com o estabelecido no edital desta licitação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato;

11.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% a 20% do valor do Contrato.

11.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1% a 20% do valor do Contrato.

11.2.4.4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 25% do valor do Contrato.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

11.2.4.5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 25% do valor do Contrato.

11.2.4.6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. **ÓRGÃO:** 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ; **PROJETO:** 2044 – Apoio e Realização de Eventos Culturais e Festejos Tradicionais; **ELEMENTO DESPESA:**



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

3.3.90.39.00 – Outros serviços Pessoa Jurídica; **FONTE DE RECURSO:** 1.500.0000 – Recursos Livres de Impostos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

17.2. Comunicar imediatamente o CONTRATANTE sobre qualquer irregularidade nos produtos.

17.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

17.4. Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.5. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução.

17.6. A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Prestação de Serviços.

17.7. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo CONTRATANTE.

17.8. As reuniões serão documentadas por Atas de Reuniões, elaboradas pela fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.

17.9. A gestão contrato será realizada pelo senhor: **Reginaldo Araújo Spínola**, portador do Registro Geral RG sob o nº 5.192.542-79, inscrito no CPF sob o nº 604.877.125-87, funcionário desta prefeitura, lotado na Secretaria de Administração, enquanto Fiscalização o senhor **Rafique Iuri Pereira Silva**, cadastro de pessoa física nº **039.079.815-02** do Registro geral nº **14.025.048-5**.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça de Itambé-Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itambé BA, XX de de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:1-
2-



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0030/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0246.08.05/2026

ANEXO – II e III

TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Itambé-BA, em 12 de maio de 2026.

Ofício nº 164/2026

**Exmo. Sr.
José Cândido Rocha Araújo
Prefeito Municipal de Itambé - BA**

SOLICITAÇÃO DE DESPESA

ASSUNTO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo para locação de estruturas, equipamentos (palcos, sonorização, banheiros químicos, gerador, iluminação, camarim tendas, arquibancadas com montagens e desmontagens), para atender as festividades do calendário do município de Itambé-BA promovidos pela Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

Exmo. Senhor Prefeito,

Ao cumprimentá-lo, venho solicitar a análise e autorização, para abertura de processo Licitatório com base na Lei 14.133/2021 para contratação de empresa do ramo para aquisição do objeto supracitado, o qual é essencial para atender as demandas Culturais da secretaria de esporte, Cultura e Lazer de Itambé-BA. Segue os itens relacionados na planilha de especificações do Termo de Referência em Anexo.

À disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

CÉLIO GOMES BITTENCOURT

Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, a Prefeitura Municipal de Itambé-BA realizará processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando Registro de Preço, com o objetivo de futura e eventual contratação de equipamentos e estrutura para as festividades municipais, no atendimento à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6.º, XXIII, “a” da Lei n.º 14.133/2021)

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de estruturas, equipamentos e mão de obra qualificada, nos termos da tabela abaixo, considerando o menor preço por item de acordo as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 INTERESSE PÚBLICO NA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

O interesse público é caracterizado como multifacetado, oportuniza a Promoção da Cultura e do Lazer, Estímulo à Economia Local, Fortalecimento do Turismo, Bem-estar Social e Qualidade de Vida, Preservação de Tradições, Cumprimento do Calendário Oficial e por último Atendimento das Demandas da População que, muitas vezes busca momentos de celebração e convívio social. A administração pública, ao promover esses eventos, atende a essas expectativas.

Em resumo, o interesse público nessa contratação reside na promoção do bem-estar social, no estímulo à economia e ao turismo local, na valorização da cultura e das tradições, e no atendimento às necessidades de lazer e entretenimento da comunidade de Itambé-BA.

1.3 Demonstrações das cotações e valor médio.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Referencial	Valor Total
1	01 PODIO DE 5 LUGARES (1º AO 5º LUGAR)	DIA	4	R\$ 516,00	R\$ 2.064,00
2	01 (UM) PALCO COBERTO, EM LONA ANTI-CHAMA, EM ALUMÍNIO P30 COM 136 MTS LINEAR MEDINDO 10 MT DE BOCA 8 MT DE PROFUNDIDADE, 1,80M DE ALTURA DO SOLO (PISO) E 09 MTS DE PÉ DIREITO ACOMPANHADO DOS RESPECTIVOS ACESSÓRIOS, PISO EM ESTRUTURA TUBULAR Q-30 ALUMÍNIO, COM CAPACIDADE DE SUSTENTAÇÃO, CONFORME NORMAS DA ABNT, REVESTIMENTO EM MADEIRA COMPENSADA NAVAL DE 25MM REVESTIDO DE LINÓLEO OU CARPETE NA COR PRETA. ESTRUTURA DEVERÁ SER TOTALMENTE ESTÁVEL, SEM QUE SEJAM PERCEBIDOS MOVIMENTOS LATERAIS E/OU LONGITUDINAIS, PARA ISSO, SE CASO NECESSÁRIO, A CONTRATADA DEVERÁ EFETUAR COLOCAÇÃO DE CONTRAPESOS. TODO PALCO DEVERÁ ESTAR ATERRADO CONFORME NORMAS DA ABNT. •	DIÁ	6	R\$ 7.006,56	R\$ 42.039,36



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

	COBERTURA EM LONA ANTI-CHAMA PIRÂMIDE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUSTENTAÇÃO PARA 3.500 KG, TIPO ORBITAL COM LONA TIPO KP-100. TODA A "SAIA				
3	01 (UM) PALCO COBERTO, EM LONA ANTI-CHAMA, EM ALUMÍNIO P30 COM 136 MTS LINEAR MEDINDO 14 MT DE BOCA 12 MT DE PROFUNDIDADE, 1,80M DE ALTURA DO SOLO (PISO) E 09 MTS DE PÉ DIREITO ACOMPANHADO DOS RESPECTIVOS ACESSÓRIOS, PISO EM ESTRUTURA TUBULAR Q-30 ALUMÍNIO, COM CAPACIDADE DE SUSTENTAÇÃO, CONFORME NORMAS DA ABNT, REVESTIMENTO EM MADEIRA COMPENSADA NAVAL DE 25MM REVESTIDO DE LINÓLEO OU CARPETE NA COR PRETA. ESTRUTURA DEVERÁ SER TOTALMENTE ESTÁVEL, SEM QUE SEJAM PERCEBIDOS MOVIMENTOS LATERAIS E/OU LONGITUDINAIS, PARA ISSO, SE CASO NECESSÁRIO, A CONTRATADA DEVERÁ EFETUAR COLOCAÇÃO DE CONTRAPESOS. TODO PALCO DEVERÁ ESTAR ATERADO CONFORME NORMAS DA ABNT. • COBERTURA EM LONA ANTI-CHAMA PIRÂMIDE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUSTENTAÇÃO PARA 3.500 KG, TIPO ORBITAL COM LONA TIPO KP-100. TODA A "SAI	DIÁ	6	R\$ 8.525,00	R\$ 51.150,00
4	CAMARINS OCTORME, MEDIDNO 04 X 04 DE LARGURA E COMPRIMENTO COM AR CONDICIONADO E ORNAMENTAÇÃO (SOFÁ, MESA, ARARA, CADEIRA E ESPELHO) OS ITENS DE ORNAMENTAÇÃO SÃO IMPRETERÍVEIS.	DIÁ	12	R\$ 2.489,62	R\$ 29.875,44
5	ESTRUTURAS DE ARQUIBANCADAS TUBULARES PRÉ-MOLDADAS, MÓVEIS, MEDINDO 10 METROS COMPRIMENTO CADA, COM MÓDULOS DE 4 DEGRAUS, ESCADAS DE ACESSO, PARAPEITO E CORRIMÕES, COM FECHAMENTO DE PROTEÇÃO NO ÚLTIMO DECRAL, CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM. A ESTRUTURA DEVERÁ ESTAR MONTADA ATÉ 24 HORAS ANTES DO HORÁRIO DO EVENTO. (NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE ÁREA, ART E DE APROVAÇÃO PELO CORPO DE BOMBEIRO). INCLUSOS NO ORÇAMENTO TODAS AS DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS COM LOGÍSTICA, A MONTAGEM/INSTALAÇÃO, INCLUINDO O PERÍODO QUE ANTECEDE O EVENTO NECESSÁRIO PARA A MONTAGEM E DESMONTAGEM PÓS EVENTO. A EMPRESA TAMBÉM DEVERÁ FORNECER ASSISTÊNCIA DURANTE A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS CONFORME NECESSIDADE E SOLICITAÇÃO.	DIÁ	4	R\$ 1.825,56	R\$ 7.302,24
6	TELÃO EM LED NA MEDIDA DE 8M² (CADA), 4,0X2,0M, SENDO 24 PAINÉIS DE LED OUTDOOR	DIÁ	18	R\$ 2.809,45	R\$ 50.570,10



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

	EXTERNO, COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO Q-30.				
7	SANITÁRIO QUÍMICO EM EXCELENTE CONSERVAÇÃO (PREFERENCIALMENTE NOVOS)CONTENDO CAIXA DE DEJETOS COM ASSENTO; SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO; PISO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICAÇÃO (MASCULINO E FEMININO); PONTO DE VENTILAÇÃO NATURAL; SISTEMA DE TRAVA INTERNA; MICTÓRIO; TETO TRANSLÚCIDO; INCLUINDO TRANSPORTE, UMA MANUTENÇÃO DIÁRIA COM LIMPEZA, LAVAGEM E RETIRADA DE DEJETOS PARA SER DESCARTADO EM LOCAL APROPRIADO E DEVIDAMENTE AUTORIZADO, DEVENDO SER INFORMADO POR ESCRITO O LOCAL DESCARTE DOS DEJETOS, FICANDO A EMPRESA RESPONSÁVEL POR QUALQUER DANO AO MEIO AMBIENTE.	DIÁ	65	R\$ 304,68	R\$ 19.804,20
8	CAMARIM OCTORME, MEDIDAS E MONTAGEM CONFORME PLANTAANEXO COM AR CONDICIONADO	DIÁ	72	R\$ 2.927,69	R\$ 210.793,68
9	SANITÁRIO QUÍMICO CONTENDO CAIXA DE DEJETOS COM ASSENTO; SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO; PISO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICAÇÃO (MASCULINO E FEMININO); PONTO DE VENTILAÇÃO NATURAL; SISTEMA DE TRAVA INTERNA; MICTÓRIO; TETO TRANSLÚCIDO; INCLUINDO TRANSPORTE, UMA MANUTENÇÃO DIÁRIA COM LIMPEZA, LAVAGEM E RETIRADA DE DEJETOS PARA SER DESCARTADO EM LOCAL APROPRIADO E DEVIDAMENTE AUTORIZADO, DEVENDO SER INFORMADO POR ESCRITO O LOCAL DESCARTE DOS DEJETOS, FICANDO A EMPRESA RESPONSÁVEL POR QUALQUER DANO AO MEIO AMBIENTE.	DIÁ	80	R\$ 304,68	R\$ 24.374,40
10	BACK DROP DE ALUMINIO E LONA GALVANIZADA MEDINDO 4 METROS DE LARGURA POR 02 DE COMPRIMENTO	DIA	10	R\$ 2.000,00	R\$ 20.000,00
11	ELEVADO PARA A POLÍCIA MILITAR DESCRIÇÃO: ESTRUTURA TUBULAR, COM BANCO, ESCADA COM CORRIMÃO, COBERTURA EM LONA, MEDINDO 2,5M X 1,2M; - INSTALAÇÃO: LOCAL A DEFINIR PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO; - PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: A DEFINIR PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO; - OS ELEVADOS DEVERÃO ESTAR MONTADOS COM NO MÍNIMO 72 HORAS DE ANTECEDÊNCIA DO INÍCIO DO EVENTO; OS ELEVADOS DEVERÃO SER RETIRADOS NO MÁXIMO 24 HORAS APÓS O TÉRMINO DO EVENTO.	DIÁ	40	R\$ 747,88	R\$ 29.915,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

12	GERADOR CUMMINS POWER GENERATION MODELO C200 D6-4 260 KVA (208KW) EM REGIME DE EMERGÊNCIA (STANDBY) OU 2407KVA (192KW) EM REGIME DE FONTE PRINCIPAL (PRIME) 60HZ 380 VOLTS ENTRE FASES E 220 VOLTS ENTRE FASE E NEUTRO COM SISTEMA DE ARREFECIMENTO POR RADIADOR SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DIGITAL PARA OPERAÇÃO MANUAL E CARENADO A 75 DB MG 260KVA MANUAL E CARENADO A 75 DBS MOTOR DIESEL CUMMINS MODELO 6CTA AA 8 3-G1 COM SISTEMA DE ARREFECIMENTO POR RADIADOR 6 CILINDROS EM LINHA DESLOCAMENTO VOLUMÉTRICO DE 8 3 LITROS 1800 RPM CUSTO DA DIÁRIA. ABASTECIDO	DIÁ	12	R\$ 3.949,93	R\$ 47.399,16
13	GRADES DE CONTENÇÃO TUBULAR COM 2M DE COMPRIMENTO POR 1,00 M DE ALTURA.	UND	600	R\$ 29,39	R\$ 17.634,00
14	GRIDE DE ALUMÍNIO 8X6 COM DUAS PASSADAS DE 9 METROS CADA	DIÁ	3	R\$ 3.333,36	R\$ 10.000,08
15	ILUMINAÇÃO 04 MINI BRUTE 1 CANHÃO SEGUIDOR 12 LIBALTAS 08 COB 1 RACK DMX 24 VIAS 1 MESA MA • 36 UNIDADES DE REFLETORES PAR 64 – SENDO 12 UNIDADES DE FOCO 05 - 24 CANAIS DE RACK DIMMER – HPL • CABOS E EXTENSÕES – SUFICIENTES PARA O SISTEMA - GELATINAS DIVERSAS • 02 MÁQUINA DE FUMAÇA COM VENTILADOR • 36 CANHÕES PAR LED 3W – 54 LED • 32 APARELHOS MOVINGS BEAN 12 R • 01 PEROLA 2004 • 04 VARAS ACL • 40 METROS DE Q 30, COM 04 SLEEVES E QUATRO TALHAS, PARA MONTAGEM DAS TORRES DE P/A • 10 GARRAS PARA INSTRUMENTOS	DIÁ	6	R\$ 7.183,48	R\$ 43.100,88
16	KIT MOBILIÁRIO PARA CAMARINS: 01 SOFÁ DE DOIS LUGARES 1,60 X 0,90 M, 04 SOFÁ DE TRÊS LUGARES 2,00 X 0,90 M, 35 CADEIRA ACOLCHOADA, 03 MESA DE CENTRO 1,20 X 0,60 M, 03 MESA DE CENTRO 1,20 X 0,60 M, 05 MESA 2,00 X 1,00 M, 02 MESA DE CANTO 0,70 X 0,70 M, 02 MESA DE CANTO 0,70 X 0,70 M, 02 MESA DE CANTO (REDONDA) 0,70M, 02 REFRIGERADOR VERTICAL COM PORTA DE VIDRO , 04 ESPELHO, 01 MESA 1,60 X 0,80 M, 04 CAIXA TÉRMICA 0,70 X 0,70 M, 02 CORTINA , 04 ARARAS (CABIDEIRO)	DIÁ	13	R\$ 4.302,66	R\$ 55.934,58
17	MÃO DE OBRA CONTRATADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, NO PERÍODO	HOR	1840	R\$ 37,72	R\$ 69.404,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

18	PAINEL DE ALTA DEFINIÇÃO DE 5MM - LOCAÇÃO 01 PAINEL DE LED MEDINDO 10X 4 M TOTAL DE 40 M2 RESOLUÇÃO DOT PITCH 4MM, CONFIGURAÇÃO DO PIXEL 3IN1 (BLACK FACE), IP 65 FRONT / IP43 BACK, TAXA DE REFRESH RATE >3800HZ, TEMPERATURA DE COR 8000K ± 500K, ANGULO DE VISÃO DE 140 GRAUS, BRIGHTNESS: 2000CD/M2, GABINETE EM ALUMÍNIO, QUE PERMITA SER TROCADO SUBSTITUÍDO COM O PAINEL MONTADO, COM SISTEMA DE BUMPER PARA FIXAÇÃO DE MECANISMO PARA AUTOMAÇÃO (TALHA ELÉTRICA),CAPAZ DE REPRODUZIR VÍDEO EM REAL TIME E SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE VÍDEO RECEBA INPUT'S DO TIPO SDI, VGA, VC, HDMI E DVI E OUTPUT'S VIA CABO ETHERNET COM SISTEMA DE REDUNDÂNCIA 06 TALHA ELÉTRICA, SISTEMA DE ELEVAÇÃO CONTROLADO COM CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA DE 1 TON, CORRENTE DE ELEVAÇÃO COM 16M, CAPACIDADE DE ACENDER E DESCER, COM INVERSO	DIÁ	13	R\$ 4.231,98	R\$ 55.015,74
19	PAINEL DE ALTA DEFINIÇÃO DE 5MM - LOCAÇÃO 01 PAINEL DE LED MEDINDO 5X3 M TOTAL DE 40 M2 RESOLUÇÃO DOT PITCH 4MM, CONFIGURAÇÃO DO PIXEL 3IN1 (BLACK FACE), IP 65 FRONT / IP43 BACK, TAXA DE REFRESH RATE >3800HZ, TEMPERATURA DE COR 8000K ± 500K, ANGULO DE VISÃO DE 140 GRAUS, BRIGHTNESS: 2000CD/M2, GABINETE EM ALUMÍNIO, QUE PERMITA SER TROCADO SUBSTITUÍDO COM O PAINEL MONTADO, COM SISTEMA DE BUMPER PARA FIXAÇÃO DE MECANISMO PARA AUTOMAÇÃO (TALHA ELÉTRICA),CAPAZ DE REPRODUZIR VÍDEO EM REAL TIME E SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE VÍDEO RECEBA INPUT'S DO TIPO SDI, VGA, VC, HDMI E DVI E OUTPUT'S VIA CABO ETHERNET COM SISTEMA DE REDUNDÂNCIA 06 TALHA ELÉTRICA, SISTEMA DE ELEVAÇÃO CONTROLADO COM CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA DE 1 TON, CORRENTE DE ELEVAÇÃO COM 16M, CAPACIDADE DE ACENDER E DESCER, COM INVERSOR	DIÁ	6	R\$ 4.005,91	R\$ 24.035,46
20	PAVILHÃO DE ALUMÍNIO TAMANHO 12 DE LARGURA POR 24 DE COMPRIMENTO, ALTURA COM PÉ DIREITO DE 5M, REVESTIDO COM LONA TIPO NIGHTDAY, ANTI-CHAMA, ANTI-MOFO, ANTI-UV, VULCANIZADO ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, MODELO MODELO DUAS ÁGUAS	DIA	3	R\$ 8.113,60	R\$ 24.340,80
21	PORTAL DE ALUMÍNIO BOX TRIM. P30 COM AS SEGUINTE MEDIDAS PÉ COM 6 M ALTURA E 26 M DE COMPRIMENTO	DIÁ	13	R\$ 3.161,95	R\$ 41.105,35



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

22	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COMPOSTO POR: 24 REFLETORES PAR 64 (FOCO 5) 60 PAR LED RGB-W 08 MINE BRUTS LED BLINDADOS 36 MOVING PRO 500 LED 12 WASH LED GTD 12 ELIPSOIDAI 08 STROBO DE LED 16 P5 RIBALTA 24 CANAIS DMX 02 CANHÃO SEGUIDOR 1200 02 MÁQUINA HAZE COM VENTILADOR 01 MESA DE ILUMINAÇÃO REGIA 2008 (AVOLIGHT COPIA) 02 MA COMAND WING COMPLETA E ORIGINAL 200 METROS ESTRUTURAS Q30/50 20 PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS	DIÁ	6	R\$ 13.461,54	R\$ 80.769,24
23	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COMPOSTO POR: 02 NORTON ALS1/SUB 21" 01 NORTON LS3/SUB 18" CONSOLES 01 DIGI S6L24C 01 DIGICO QUANTUN 225 02 YAMAHA PM5DRH 01 DIGI SC48 PERIFÉRICOS 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. VP1 VALVE CLASSIC (PROCESSOR) 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. 5021 DUAL VALVE (COMPRESSOR) 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. 5050 MONO VALVE (PRÉ AMP +COMPRESSOR) 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. 5001 QUAD VALVE (PRÉ AMP) 02 PROCESSADOR DBX DRIVE RACK 4800 02 PROCESSADOR DBX DRIVE RACK PA RETORNOS INDIVIDUAIS P/ INSTRUMENTOS 01 HARTKE SYSTEM 5000 COMPLETO 01 AMPEG SVT CLASSIC COMPLETO 01 HARTKE SYSTEM 2000 02 JCM 900(CABEÇOTE E CAIXA.) 02 FENDER TWIN AMP 01 ROLAND JC 120 JAZZ CHORUS MONITORES 18 MOD. SM 400 04SUB P/ BATERIA SB850 04 CXS. SB 850 SIDE 04 CXS. KF 850 SIDE 01 SISTEMA DE SIDE ATTACK COMPLET	DIÁ	12	R\$ 15.094,13	R\$ 181.129,56
24	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO SIMPLES PARA PEQUENOS E MÉDIOS AMBIENTES ABERTOS, COMPOSTO DOS SEGUINTE ITENS: • 10 MICROFONES COM FIO SM 58 • 02 MICROFONES SEM FIO • 01 PROCESSADOR DE EFEITOS REVERB SPX 990 • 01 MESA DE SON 16 CANAIS • 02 EQUALIZADORES GRÁFICOS 31 BANDAS • 04 CAIXAS DE SOM AMPLIFICADAS 02 VIAS COM 600W DE POTÊNCIA • 02 CAIXAS DE SUBGRAVE COM 800W DE POTÊNCIA CADA • 01 APARELHO DE CD PLAY • 08 REFLETORES COM LÂMPADAS PAR 64.	DIÁ	12	R\$ 3.073,92	R\$ 36.887,04
25	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PALCO : • 02- CONSOLES DE DIGITAIS(TENDO COMO REFERÊNCIA (MESA DIGICO) COM NO MÍNIMO 48 CANAIS MONOS + 08 CABAUS STÉREOS, 30 FADERS FÍSICOS, 04 RETORNOS DE EFEITO ESTÉREO, 08 PROCESSADORES DE EFEITOS, 12 EQUALIZADORES GRÁFICOS DE 31 BANDAS, 501 MEMÓRIAS DE CENA, 24 MIXBUSES, 08 MATRIX E 08 DCAS E 04 QUATRO) FONTES. • 02 - PROCESSADORES DE ÁUDIO COM FUNCIONAMENTO EM 48 E 96 KHZ E 04	DIÁ	12	R\$ 12.005,37	R\$ 144.064,44



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

	ENTRADAS ANALOGIAS E DIGITAIS EM AES/EDU 08 SAÍDAS ANALOGIAS E DIGITAIS, EQUALIZADOR GRÁFICO DE 31 BANDAS 02 TORES DE DELAY COM 8 ALDAS DE CADA LADO E 04 SUB DE CADA LADO • 01 - SISTEMA DE MULTICABOS 64 VIAS • 01 - ESTABILIZADOR DE ENERGIA ELÉTRICA • 01 - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTREHORE MIX E PALCO • 24 - CAIXAS ACÚSTICAS PARA PA L/R LINEARRAY - 3 VIAS, CADA UMA CONTENDO: 2 FALANTES DE				
26	<p>SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PALCO :</p> <ul style="list-style-type: none">• 02- CONSOLES DE DIGITAIS(TENDO COMO REFERÊNCIA (MESA PM5D) COM NO MÍNIMO 48 CANAIS MONOS + 08 CABAUS STÉREOS, 30 FADERS FÍSICOS, 04 RETORNOS DE EFEITO ESTÉREO, 08 PROCESSADORES DE EFEITOS, 12 EQUALIZADORES GRÁFICOS DE 31 BANDAS, 501 MEMÓRIAS DE CENA, 24 MIXBUSES, 08 MATRIX E 08 DCAS E 04 9QUATRO) FONTES.• 02 - PROCESSADORES DE ÁUDIO COM FUNCIONAMENTO EM 48 E 96 KHZ E 04 ENTRADAS ANALOGIAS E DIGITAIS EM AES/EDU 08 SAÍDAS ANALOGIAS E DIGITAIS, EQUALIZADOR GRÁFICO DE 31 BANDAS• 01 - SISTEMA DE MULTICABOS 64 VIAS• 01 - ESTABILIZADOR DE ENERGIA ELÉTRICA• 01 - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTREHORE MIX E PALCO• 20 - CAIXAS ACÚSTICAS PARA PA L/R LINEARRAY - 3 VIAS, CADA UMA CONTENDO: 2 FALANTES DE 800 WTS RMS CADA, DEDICADO PARA O GRAVE (12" OU 15"L) 4 FALANTES	DIÁ	6	R\$ 12.374,72	R\$ 74.248,32
27	SISTEMA INTERMEDIÁRIO DE SONORIZAÇÃO DESTINADO A EVENTOS DE PEQUENO PORTE, COMPOSTO BASICAMENTE DE 8 CAIXAS DE GRAVES TOTAL 16 GRAVES 12 LINEARRAY COPIA VRAUDIOMEDIO DE 12 + TI 3 MONITORES DE CHÃO 2 RACKS DE POTÊNCIA 1 CENTRAL DE ENERGIA TRIFÁSICO KITS MICROFONE. CABOS DE INSTRUMENTO 1 MESA ANALOGICA DE 32 CANAIS	DIÁ	10	R\$ 4.111,90	R\$ 41.119,00
28	TOLDOS 06 X 06 COM ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO COM LONA TIPO NIGHTDAY, ANTI-CHAMA, ANTI-MOFO, ANTI-UV, VULCANIZADO ATRAVÉS DE SOLDAS ELETRÔNICAS, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA, BRANCO, FIXADO ATRAVÉS DE COLUNAS REFORÇADAS EM TUBO DE 2.1/2"	DIÁ	200	R\$ 307,92	R\$ 61.584,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

29	TOLDOS 10 X 10 COM ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO COM LONA TIPO NIGHTDAY, ANTI-CHAMA, ANTI-MOFO, ANTI-UV, VULCANIZADO ATRAVÉS DE SOLDAS ELETRÔNICAS, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA, BRANCO, FIXADO ATRAVÉS DE COLUNAS REFORÇADAS EM TUBO DE 2.1/2"	DIÁ	10	R\$ 1.404,61	R\$ 14.046,10
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO					R\$ 1.509.707,17

1.3 As informações constantes na tabela acima contêm a descrição dos itens que compõem o objeto do presente processo, apresenta as especificações completas dos itens a serem locados, bem como a indicação das unidades/diárias e quantidades.

1.4 Trata-se de locação de equipamentos, e a tratativa escolhida para essa contratação será o pregão, em sua forma eletrônica, conforme definido no art. 6º, XIII da Lei n.º 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos, tendo como base as especificações usuais de mercado. As quantidades foram levantadas com planejamento anexo a DFD e ao Estudo Técnico Preliminar.

1.5 O prazo de vigência da contratação da **Ata são de 12 (doze) meses**, a contar da assinatura do contrato.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII, alínea “b” da Lei n.º 14.133/2021)

2.1 A especificidade dos itens e serviços listados acima reflete a necessidade de garantir a infraestrutura básica e essencial para a realização de eventos de diversas naturezas, que compõem o calendário da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer. A combinação destes elementos é fundamental para proporcionar uma experiência positiva e segura tanto para os artistas quanto para o público participante, além de otimizar a logística e a organização de cada festividade. A quantificação e a qualificação dos itens foram definidas com base na experiência de eventos anteriores e na expectativa de público para as próximas edições, visando atender adequadamente às demandas de cada celebração.

2.2. Considerando a magnitude dos eventos realizados pela Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, o item de **número 17** - a mão de obra de segurança desarmada é indispensável para o controle de acesso, orientação de fluxos e vigilância das estruturas montadas (palcos, som e acesso do público em espaços privados aos artistas). Com a contratação permite uma resposta rápida a eventuais incidentes, garantindo o bem-estar das famílias e visitantes. A equipe disponibilizada pela contratada deve ser especializada na atividade proposta, atuando de forma complementar aos órgãos de segurança pública. Caberá exclusivamente à empresa o custeio de todos os encargos trabalhistas, bem como a organização das escalas de descanso dos profissionais.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 O art. 6º, XXIII, “c” da Lei n.º 14.133/21 dispõe que, para descrever a solução como um todo, deve ser considerado todo o ciclo de vida do objeto. Define-se como ciclo de vida as etapas que envolvem o



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final. Desse modo, não se deve analisar somente as características intrínsecas ao uso em si, mas também a eventual sustentabilidade em sua produção, duração de seu consumo até a destinação final do objeto;

Benefícios da Solução:

3.2 . Infraestrutura Completa e Adequada: A solução garante a disponibilidade de todos os elementos essenciais para a realização dos eventos, desde palcos seguros e dimensionados para as apresentações, até sistemas de sonorização e iluminação profissionais que elevam a qualidade das experiências oferecidas ao público. A inclusão de banheiros químicos adequados e geradores de energia confiáveis assegura o conforto e a continuidade das festividades.

3.2 Otimização de Recursos e Logística: A locação integrada de todos os itens e serviços com uma única empresa simplifica a gestão e a logística dos eventos. Isso reduz a necessidade de múltiplos contratos e fornecedores, otimizando o tempo e os recursos da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer. A responsabilidade pela montagem, desmontagem e transporte dos equipamentos recai sobre a contratada, liberando a equipe da Secretaria para focar em outras atividades cruciais para o sucesso dos eventos.

3.3 Qualidade e Segurança Garantidas: Empresas especializadas no ramo possuem expertise e equipamentos de qualidade, seguindo as normas técnicas e de segurança vigentes. Isso minimiza os riscos de falhas e acidentes durante os eventos, proporcionando um ambiente seguro tanto para os artistas quanto para o público. A contratação de profissionais qualificados para operar os equipamentos de som e luz é fundamental para a excelência das apresentações. Além disso, é indispensável contar com engenheiros no quadro colaborativo para fiscalizar e atestar, por meio de ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica), a segurança das estruturas e da parte elétrica. **Seguro Garantia:** Dada a natureza dos eventos, considerar a exigência de Seguro de Responsabilidade Civil por parte da contratada para cobrir eventuais danos a terceiros durante as festividades.

3.4 Flexibilidade e Adaptabilidade: A locação de estruturas e equipamentos oferece maior flexibilidade para adaptar a infraestrutura de cada evento às suas necessidades específicas. É possível variar o tamanho dos palcos, a potência da sonorização, o número de banheiros químicos e a quantidade de tendas de acordo com a dimensão e a natureza de cada festividade, otimizando os custos e garantindo a adequação da estrutura ao público esperado.

3.5 Foco na Atividade Principal: Ao terceirizar a complexa tarefa de prover a infraestrutura física dos eventos, a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer pode concentrar seus esforços e recursos em suas atividades principais, como o planejamento cultural, a organização das atrações, a divulgação e o engajamento da comunidade. Isso permite uma gestão mais eficiente e estratégica dos eventos.

3.6 Redução de Custos a Longo Prazo: Embora a contratação envolva um investimento inicial, a locação de estruturas e equipamentos pode ser mais vantajosa economicamente a longo prazo em comparação com a aquisição e manutenção de todos esses itens. Evitam-se gastos com armazenamento, depreciação, seguros, manutenção preventiva e corretiva, além da necessidade de pessoal técnico especializado para operar e conservar os equipamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

3.7 Estímulo à Economia Local: A contratação de empresas do ramo, preferencialmente locais ou regionais, pode gerar um impacto positivo na economia do município e da região, fomentando a criação de empregos e o desenvolvimento de negócios relacionados ao setor de eventos.

3.8 Em suma, a contratação de uma empresa especializada para a locação de estruturas e equipamentos representa uma solução eficiente, segura e econômica para atender às necessidades das festividades do calendário de Itambé-BA, permitindo que a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer promova eventos de qualidade para a comunidade.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21)

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.2 Salienta-se que as especificações dos itens, objeto deste Termo de Referência, são suficientes à escolha do futuro contratado, certificando, ainda, que não há determinação de marca, nem tampouco importam em cerceamento da competitividade do certame.

Da Subcontratação

4.3 É permitida a subcontratação parcial do objeto deste Edital até o limite máximo de **30% (trinta porcentos)** do valor total do contrato, mediante prévia e expressa autorização da Administração, sem que isso exima a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais.

4.4 Para a efetivação da subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar à Administração a documentação comprobatória da **capacidade técnica** do subcontratado, a qual será avaliada pelo órgão competente e juntada aos autos do processo administrativo.

4.5 Fica **expressamente vedada** a subcontratação de pessoa física ou jurídica nas seguintes hipóteses:

4.5.1 Se a pessoa física subcontratada, ou os dirigentes da pessoa jurídica subcontratada, mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com:

4.5.1.1 Dirigente do órgão ou da entidade contratante;

4.5.1.2 Agente público que desempenhe função na licitação;

4.5.1.3 Agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

4.6 Se os envolvidos nas condições acima forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau**, das autoridades e agentes públicos mencionados.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução

5.2 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: Os pedidos serão feitos de forma parcelada de acordo a necessidade do possível evento de acordo a memória de cálculo anexa, deverão ser entregues e instaladas em até 01 dia antes da data do evento, a comunicação formal da Contratada deve acontecer em



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

até 15 dias antes da solicitação. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar, por escrito, as razões respectivas com pelo menos 12 (doze) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Após a comunicação formal da empresa a ser contratada, a instalação dos itens deverá ser sinalizada pela equipe de planejamento da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, quando serão verificadas todas as especificações exigidas neste Termo de Referência. Somente após a verificação do enquadramento nas condições exigidas por esta Secretaria, dar-se-á o recebimento definitivo.

5.4. Os locais de prestação de serviços se darão na sede no Município de Itambé-BA, Distrito de Cassilândia, Distrito de São José do Colônia e zonas rurais (quando necessários).

5.5. Toda logística para entrega e eventual substituição do objeto da contratação no endereço informado, ficará integralmente por conta da Contratada.

5.6. A equipe de planejamento dos festejos e eventos culturais devem se atentar ao Mapa de Risco, para dirimir situações que possam prejudicar a execução do evento proposto.

Do Recebimento do Objeto

5.5 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, no prazo de 02 (dois) dias úteis, cabendo à fiscalização não atestar a entrega do produto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento do Objeto.

5.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6 DA GESTÃO DO CONTRATO Art. 8º, § 3º / **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO** Art. 117 e art. 6º, inc. XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/2021)

6.1 Da Gestão Contratual

6.2 Gestão do contrato proveniente deste Termo de Referência será o senhor: Reginaldo Araújo Spínola, portador do Registro Geral RG sob o nº 51.925.427-9, inscrito no CPF sob o nº 604.877.125-87, funcionário desta prefeitura, lotado na Secretaria de Administração.

6.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 155, caput da Lei n.º 14.133/2021).

6.4 O Gestor do Contrato deverá coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e encaminhar a documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

6.5 Da Fiscalização Contratual

Praça Osório Ferraz, nº 01, Centro - Itambé - BA – CEP: 45.140-000 | CNPJ: 13.743.760/0001-30
Tel.: (77) 3432-1115 - E-mail: prefeitura@itambe.ba.gov.br - www.itambe.ba.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

6.6 Gestão do contrato proveniente deste Termo de Referência será o senhor: **RAFIQUE IURI PEREIRA SILVA**, cadastro de pessoa física nº **039.079.815-02** do Registro geral nº **14.025.048-5**.

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, conforme art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021.

6.8 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, recomendando o que for necessário a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.9 Informar ao gestor do contrato as ocorrências que demandem a adoção de medidas necessárias e saneadoras, bem como quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

6.10 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, em caso de descumprimento, informar imediatamente ao gestor do contrato para a adoção das medidas necessárias;

6.11 A Fiscalização técnica deverá acompanhar o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeitos de pagamento conforme o resultado pretendido pela Secretaria Requisitante.

7 DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por funcionário designado, contendo a descrição dos itens, quantidades, preços unitários e o valor total e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais, mediante depósito em conta bancária indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2 O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo contratado, atestada pelo fiscal de contrato e demais órgão competentes.

7.3 Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância impeditiva, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento sustado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte da Contratante.

8 DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Habilitação

8.2 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

Habilitação Jurídica (art. 66, Lei nº 14.133/2021)

8.3 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Praça Osório Ferraz, nº 01, Centro - Itambé - BA – CEP: 45.140-000 | CNPJ: 13.743.760/0001-30

Tel.: (77) 3432-1115 - E-mail: prefeitura@itambe.ba.gov.br - www.itambe.ba.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

8.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.11 Habilitações fiscal, social e trabalhista (art. 68, Lei nº 14.133/2021):

8.12 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), quando couber;

8.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), quando cabível;

8.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16 Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

8.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

8.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Habilitação técnica (art. 67, Lei nº 14.133/2021)

8.22 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.22.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

8.22.2 Para os itens que envolvam montagem, instalação e operação de estruturas temporárias, estruturas metálicas, palco, iluminação, sonorização, arquibancadas, camarotes ou demais serviços que demandem responsabilidade técnica especializada, a licitante deverá comprovar possuir responsável técnico devidamente habilitado, com registro ativo junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo, mediante apresentação de certidão de registro e quitação da pessoa jurídica e do profissional responsável.

8.22.3 A comprovação do vínculo do responsável técnico com a licitante poderá ocorrer mediante apresentação de:

8.22.3.1 Carteira de trabalho;

8.22.3.2 Contrato social;

8.22.3.3 Contrato de prestação de serviços;

8.22.3.4 Declaração de contratação futura, acompanhada de anuência do profissional;

8.22.3.5 Outro documento juridicamente idôneo.

8.22.4 As exigências previstas nos itens 8.5.2 e 8.5.3 não se aplicam aos itens 1, 7 e 17 do objeto da presente licitação, em razão de sua natureza operacional e da ausência de complexidade técnica que demande acompanhamento por profissional habilitado.

8.22.5 A empresa vencedora deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, referente aos serviços que legalmente exijam acompanhamento técnico especializado, nos termos da legislação profissional vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

8.22.6 A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes.

9 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Das Obrigações da Contratada

9.1 É de responsabilidade da Contratada:

9.1.1 Executar o objeto contratual nos termos propostos, na data, horário e no local indicados pela Contratante, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas;

9.1.2 Entregar o objeto da contratação em perfeitas condições.

9.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990;

9.1.4 Observar os prazos para o fornecimento do objeto contratado na forma apontada neste Termo de Referência;

9.1.5 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, disponibilizando e mantendo atualizado número de telefone móvel e endereço de correio eletrônico que permita contato imediato dos fiscais do contrato e representante da Contratada;

9.1.7 Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução do contrato, devendo, portanto, responsabilizar-se por todos os ônus referentes a entrega do objeto à Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput;

9.1.8 Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidade a terceiros;

9.1.9 A Contratada deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da comunicação do fato pela Contratante, providenciar a substituição do produto por outro com as mesmas características ou de qualidade superior, desde que não onere a Contratante.

Das Obrigações da Contratante

9.2 É de responsabilidade da Contratante:

9.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do fornecimento provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através dos fiscais de contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

9.2.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

9.2.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, incluindo encargos tributários e trabalhistas, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2.7 Designar funcionários, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto, exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato;

9.2.8 Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal/fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e as exigências da contratação;

9.2.9 Anotar em registro próprio e notificar a Contratada sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

10 DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

10.1 As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de **abertura do certame**, na forma do art. 90, §3º da Lei n.º 14.133/2021.

11 DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO.

11.1 O valor foi estimado após pesquisa de mercado realizada pelo Setor de Compras;

12 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Os recursos orçamentários decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos informados pela Diretoria Financeira, vejamos:

a) ÓRGÃO: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ; **PROJETO:** 2044 – Apoio e Realização de Eventos Culturais e Festejos Tradicionais; **ELEMENTO DESPESA:** 3.3.90.39.00 – Outros serviços Pessoa Jurídica; **FONTE DE RECURSO:** 1.500.0000 – Recursos Livres de Impostos.

13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, inc. XIV da Lei n.º 14.133/2021)

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

13.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5 não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

13.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, na forma do item 13;

13.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.8 apresentar declaração ou documentação inidônea exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.9 fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

13.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/2021);

13.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021);

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021)

13.2.4 Multa:

a) moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato;

b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3 A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º da Lei n.º 14.133/2021);

13.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei n.º 14.133/2021).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, caput da Lei n.º 14.133/2021);

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei n.º 14.133/2021);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;

13.7 A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

13.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.9 Todas as ocorrências contratuais serão registradas pela Gestão de Contratos, que notificará empresa a ser contratada.

13.10 Constituem motivo para rescisão do Contrato, todos os incisos constantes do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

13.11 As formas de rescisão estão previstas no art. 138, Incisos de I a III, da Lei nº 14.133/2021;

13.12 Os casos omissos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

13.13 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

13.14 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A AUTORIDADE COMPETENTE no interesse da Administração poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Itambé, 12 de maio de 2026.

REQUISITANTES:

CÉLIO GOMES BITTENCOURT

Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

MARCOS ANTONIO CAMPOS DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças e Gestão Orçamentária

DECRETO N.º 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2025

Elaborado por:

CLÉCIA TEIXEIRA SANTOS SILVA

Assistente Administrativo – Matrícula 30204375

Lotada na Secr. de Administração

Autorizado:

José Cândido Rocha Araújo

PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo para locação de estruturas, equipamentos (palcos, sonorização, banheiros químicos, gerador, iluminação, camarim tendas com montagens e desmontagens), para atender as festividades do calendário do município de Itambé-BA promovidos pela Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E REQUISITANTES		
Processo Administrativo: 0246.08.05/2026		
Integrante	Nome	Matrícula
Secretários Requisitantes	Célio Gomes Bittencourt Secretário de Esporte, Cultura e Lazer	
	MARCOS ANTONIO CAMPOS DA SILVA Secretário Municipal de Finanças e Gestão Orçamentária	
Técnico	Clécia Teixeira Santos Silva	30204375



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Introdução

- Exigência Legal: Artigo 18, caput e parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.
- **Definição normativa:** Estudo Técnico Preliminar – ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base aos projetos a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;
- **Objeto da pretendida contratação:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo para locação de estruturas, equipamentos (palcos, sonorização, banheiros químicos, gerador, iluminação, camarim tendas com montagens e desmontagens), para atender as festividades do calendário do município de Itambé-BA promovidos pela Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O município possui um calendário de eventos (**Anexo**) que demanda uma infraestrutura específica para sua execução. A contratação garante que essa infraestrutura (palcos, sonorização, etc.) esteja disponível quando e onde for necessário, permitindo a realização das festividades planejadas.

A contratação de locações por diárias é a mais vantajosa para o Município, em vez de o município investir na compra de todos esses equipamentos, o que demandaria um alto custo inicial, a locação permite o acesso a eles por um valor determinado para cada evento e levando em consideração a economicidade a responsabilidade pela manutenção, transporte, montagem, desmontagem e armazenamento dos equipamentos são de responsabilidade da empresa contratada, liberando o município desses encargos.

Ao optar pela locação, o município de Itambé-BA demonstra uma abordagem estratégica para a gestão de seus eventos, focando na otimização de recursos, na qualidade da infraestrutura e na eficiência operacional.

2 – PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

No momento, como inexistente formalmente um plano de contratação anual, é importante registrar que a mesma, por se tratar de um serviço contínuo encontra-se em total alinhamento com o planejamento anual deste Município.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- a) Para o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos Sócios.
 - I. CERTIDÃO Negativo de Idoneidade que deverá ser emitido no Sistema Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
 - II. CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitido pelo conselho nacional de justiça (CNJ).
- b) Para o Cadastro Nacional de pessoas Jurídicas (CNPJ).
 - I. TCU - Inidôneos - Licitantes Inidôneos;
 - II. CNJ - CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
 - III. Portal da Transparência - CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
 - IV. Portal da Transparência - CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas.
 - V. As certidões a cima citadas poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, emitida pelo TCU – Tribunal de Contas da União.
- c) Estar em dia com sua regularidade jurídica
- d) Possuir Qualificação Técnica:
 - I. (um), ou mais, Atestado (s) de Capacidade Técnica operacional firmada (s) por entidade (s) da Administração Pública ou empresa (s) privada(s), os quais comprovem que a licitante fornece ou está fornecendo, de forma satisfatória, os produtos compatíveis com o objeto deste Pregão;
- g) Gozar de saúde Econômico-Financeira:
 - I. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
 - II. Comprovante de capital social ou patrimônio líquido no mínimo de 10 % do valor estimado de contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

- III. Balanço Patrimonial na forma da Lei e demonstrações contábeis do exercício social corrente que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização dos valores pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), pelo período decorrente entre o mês do encerramento do exercício social e o mês da sessão de licitação, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios.
- h) Estar em dia com sua Regularidade Fiscal e Trabalhista:
- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
 - II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - III. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- IV. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, expedida de forma conjunta pela Procuradoria Geral do Estado do Bahia, nos termos do Decreto Estadual nº 28595 de 30/12/1981 (Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Estado) e pela Secretaria da Fazenda do Estado do Bahia, com base na Lei Nº 3.956 de 11 de dezembro de 1981;
- V. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, expedida pela Prefeitura Municipal;
- VI. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- VII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme o Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, e Lei nº 12.440/2011.
- VIII. A Regularidade Fiscal na habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006:

i) Declarações:

- I. Declaração Conjunta – assinada no sistema no momento da apresentação da Proposta de Preços.
- II. Declaração constando os dados, os contatos da empresa e indicação de responsável para assinatura do contrato, com as seguintes informações: Nome completo, RG, CPF, Endereço, Profissão, Contato telefônico e E-mail, atualizados. Deverá ser informado se o representante é administrador ou procurador.

3.1 REQUISITOS GERAIS E NORMAS E PADRÕES DE QUALIDADE:

É fundamental observar uma série de requisitos gerais, normas e padrões de qualidade para garantir a segurança, funcionalidade e o sucesso do evento. Estes requisitos podem variar dependendo do tipo e porte do evento, bem como das especificidades de cada município, mas alguns elementos são geralmente comuns:

Requisitos Gerais:

- **Habilitação Jurídica:** A empresa contratada deve estar legalmente constituída e apta a contratar com a administração pública, apresentando documentos como CNPJ, registro na Junta Comercial, e outros documentos comprobatórios de sua existência jurídica e regularidade.
- **Qualificação Técnica:** A empresa deve comprovar sua capacidade técnica para fornecer a estrutura necessária, o que pode incluir:
 - Apresentação de atestados de capacidade técnica de eventos anteriores de porte e natureza similares.
 - Comprovação de possuir equipamentos e materiais em bom estado de conservação e adequados para o



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

tipo de evento.

- Disponibilidade de equipe técnica qualificada para montagem, operação e desmontagem da estrutura.
- Qualificação Econômico-Financeira: A empresa deve demonstrar solidez financeira para arcar com as obrigações contratuais, o que pode ser comprovado através de balanços patrimoniais, certidões negativas de débito, e outros documentos financeiros.
- Regularidade Fiscal e Trabalhista: A empresa deve estar em dia com suas obrigações fiscais (federal, estadual e municipal) e trabalhistas, apresentando as respectivas certidões negativas.
- Cumprimento de Normas de Segurança: A estrutura fornecida deve atender a todas as normas de segurança vigentes, incluindo:
- Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) específicas para estruturas temporárias, como palcos, arquibancadas, tendas, etc.
- Normas de segurança contra incêndio, incluindo a apresentação de laudos e ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) quando aplicável.
- Normas de segurança do trabalho para os profissionais envolvidos na montagem e operação da estrutura.
- Acessibilidade: A estrutura deve garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme as normas da ABNT NBR 9050.
- Atendimento a Normativas Específicas: Dependendo da natureza do evento (shows, eventos esportivos, feiras, etc.) e do local, podem existir normativas específicas a serem cumpridas.

Normas e Padrões de Qualidade:

- Normas da ABNT: As normas técnicas brasileiras da ABNT são fundamentais para garantir a qualidade e segurança das estruturas temporárias. É importante verificar as normas específicas aplicáveis ao tipo de estrutura a ser contratada (por exemplo, NBR 15912 para estruturas de eventos, NBR 6123 para forças devidas ao vento em edificações, etc.).
- Regulamentos Municipais: exigências para a realização de eventos, incluindo normas de segurança, licenciamento e horários.
- Legislação Federal e Estadual: Leis federais (como a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/21, que regem licitações e contratos administrativos) e estaduais também se aplicam à contratação de estruturas para eventos públicos.
- Padrões de Qualidade dos Materiais: Os materiais utilizados na estrutura devem ser de boa qualidade, seguros e adequados para o uso a que se destinam, comprovados por certificados de qualidade quando necessário.
- Qualidade da Montagem e Desmontagem: Os processos de montagem e desmontagem devem ser realizados por profissionais qualificados, seguindo as normas técnicas e de segurança, garantindo a estabilidade e segurança da estrutura durante todo o evento.
- Manutenção e Inspeção: Pode ser exigida a comprovação de que a estrutura passa por manutenções periódicas e inspeções para garantir sua segurança e bom funcionamento.

4 – PLANEJAMENTO DAS QUANTIDADES

O total das quantidades foram levantadas a partir do calendário festivo na DFD pela secretaria de Esporte, Cultura e Lazer de acordo as suas necessidades.

item	Descrição detalhada	Unid.	PLANEJAMENTO	Qtde.
------	---------------------	-------	--------------	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

1	<p>01 (UM) PALCO COBERTO, EM LONA ANTI-CHAMA, EM ALUMÍNIO P30 COM 136 MTS LINEAR MEDINDO 10 MT DE BOCA 8 MT DE PROFUNDIDADE, 1,80M DE ALTURA DO SOLO (PISO) E 09 MTS DE PÉ DIREITO ACOMPANHADO DOS RESPECTIVOS ACESSÓRIOS, PISO EM ESTRUTURA TUBULAR Q-30 ALUMÍNIO, COM CAPACIDADE DE SUSTENTAÇÃO, CONFORME NORMAS DA ABNT, REVESTIMENTO EM MADEIRA COMPENSADA NAVAL DE 25MM REVESTIDO DE LINÓLEO OU CARPETE NA COR PRETA, ESTRUTURA DEVERÁ SER TOTALMENTE ESTÁVEL, SEM QUE SEJAM PERCEBIDOS MOVIMENTOS LATERAIS E/OU LONGITUDINAIS, PARA ISSO, SE CASO NECESSÁRIO, A CONTRATADA DEVERÁ EFETUAR COLOCAÇÃO DE CONTRA PESOS. TODO PALCO DEVERÁ ESTAR ATERRADO CONFORME NORMAS DA ABNT.</p> <ul style="list-style-type: none">• COBERTURA EM LONA ANTI-CHAMA PIRÂMIDE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUSTENTAÇÃO PARA 3.500 KG, TIPO ORBITAL COM LONA TIPO KP-100. TODA A "SAIA" DO PALCO (ESPAÇO ENTRE O PISO DO PALCO E O SOLO) DEVERÁ SER FECHADA EM TNT (TECIDO -NÃO TECIDO) DE GRAMATURA 100 NA COR PRETA.• HOUSE MIX EM ESTRUTURA TUBULAR DE DURALUMÍNIO E/OU AÇO GALVANIZADO, COM COBERTURA TIPO TENDA, MEDINDO: 05 X 04 METROS E PÉ-DIREITO DE NO MÍNIMO 2,10 METROS ALTURA, COM COBERTURA EM LONA DE PVC, DEVERÃO SER FECHADOS EM TRÊS LADOS.• 02 ÁREAS DE SERVIÇO ANEXAS AO PALCO (HOUSE DE MONITOR) EM FORMATO QUADRADO OU RETANGULAR, EM ESTRUTURA METÁLICA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 4 X 3M, CONTÍGUA E COM ACESSO PELO PALCO, PISO EM ALTURA COMPATÍVEL COM O PALCO, COBERTA, COM FECHAMENTOS LATERAIS E NO FUNDO COM MATERIAL ORTOFÔNICO E PROTEÇÃO TOTAL CONTRA CHUVA E ATERRAMENTO CONFORME NORMAS DA NBR.• 02 TORRES DE SUSTENTAÇÃO PARA PA NO SISTEMA FLY EM ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO GALVANIZADO OU DURALUMÍNIO COM CAPACIDADE PARA ATÉ 2500KG (CADA). A ESTRUTURA DEVE TER ALTURA MÍNIMA DE 10M OU COMPATÍVEL	DIA	São João Cassilândia / São Pedro de São Jose	6
---	--	-----	--	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

	<p>COM A ALTURA DO PALCO NA MEDIDA DE 4 METROS X 3 METROS COM TESTEIRA DE 1,5 DE LARGURA NAS MEDIDAS DO PALCO.</p> <ul style="list-style-type: none">• ESCADA TRASEIRA, LATERAL OU FRONTAL, DE NO MÍNIMO 1,5M DE LARGURA EM ESTRUTURA METÁLICA COM ACABAMENTO EM MADEIRA PINTADA OU EMBORRACHADA OU ACARPETADA COM CORRIMÃO NAS DUAS LATERAIS, CONFORME NORMAS DA ABNT.• 02 CAMARINS, EM CONTAINER, OCTANORM OU TIPO TENDA, COM APROXIMADAMENTE 15M2 DE ÁREA, COM PISO NIVELADO E ACARPETADO,• 06 PRATICÁVEIS, TIPO PLATAFORMA, METÁLICO, PANTOGRÁFICO OU TElescÓPICO, UNIDADES COM MEDIDA APROXIMADA DE 2 X 1M, ALTURA COM REGULAGEM DE 20CM A 1M, TAMPO EM COMPENSADO RESISTENTE			
2	<p>01 (UM) PALCO COBERTO, EM LONA ANTI-CHAMA, EM ALUMÍNIO P30 COM 136 MTS LINEAR MEDINDO 14 MT DE BOCA 12 MT DE PROFUNDIDADE, 1,80M DE ALTURA DO SOLO (PISO) E 09 MTS DE PÉ DIREITO ACOMPANHADO DOS RESPECTIVOS ACESSÓRIOS, PISO EM ESTRUTURA TUBULAR Q-30 ALUMÍNIO, COM CAPACIDADE DE SUSTENTAÇÃO, CONFORME NORMAS DA ABNT, REVESTIMENTO EM MADEIRA COMPENSADA NAVAL DE 25MM REVESTIDO DE LINÓLEO OU CARPETE NA COR PRETA. ESTRUTURA DEVERÁ SER TOTALMENTE ESTÁVEL, SEM QUE SEJAM PERCEBIDOS MOVIMENTOS LATERAIS E/OU LONGITUDINAIS, PARA ISSO, SE CASO NECESSÁRIO, A CONTRATADA DEVERÁ EFETUAR COLOCAÇÃO DE CONTRA PESOS. TODO PALCO DEVERÁ ESTAR ATERRADO CONFORME NORMAS DA ABNT.</p> <ul style="list-style-type: none">• COBERTURA EM LONA ANTI-CHAMA PIRÂMIDE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUSTENTAÇÃO PARA 3.500 KG, TIPO ORBITAL COM LONA TIPO KP-100. TODA A "SAIA" DO PALCO (ESPAÇO ENTRE O PISO DO PALCO E O SOLO) DEVERÁ SER FECHADA EM TNT (TECIDO -NÃO TECIDO) DE GRAMATURA 100 NA COR PRETA.• HOUSE MIX EM ESTRUTURA TUBULAR DE DURALUMÍNIO E/OU AÇO GALVANIZADO, COM COBERTURA TIPO TENDA, MEDINDO: 05 X 04 METROS E PÉ-DIREITO DE NO MÍNIMO 2,10 METROS ALTURA, COM	DIA	são joão sede / Aniversário da Cidade	6



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

	<p>COBERTURA EM LONA DE PVC, DEVERÃO SER FECHADOS EM TRÊS LADOS.</p> <ul style="list-style-type: none">• 02 ÁREAS DE SERVIÇO ANEXAS AO PALCO (HOUSE DE MONITOR) EM FORMATO QUADRADO OU RETANGULAR, EM ESTRUTURA METÁLICA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 4 X 3M, CONTÍGUA E COM ACESSO PELO PALCO, PISO EM ALTURA COMPATÍVEL COM O PALCO, COBERTA, COM FECHAMENTOS LATERAIS E NO FUNDO COM MATERIAL ORTOFÔNICO E PROTEÇÃO TOTAL CONTRA CHUVA E ATERRAMENTO CONFORME NORMAS DA NBR.• 02 TORRES DE SUSTENTAÇÃO PARA PA NO SISTEMA FLY EM ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO GALVANIZADO OU DURALUMÍNIO COM CAPACIDADE PARA ATÉ 2500KG (CADA). A ESTRUTURA DEVE TER ALTURA MÍNIMA DE 10M OU COMPATÍVEL COM A ALTURA DO PALCO NA MEDIDA DE 4 METROS X 3 METROS COM TESTEIRA DE 1,5 DE LARGURA NAS MEDIDAS DO PALCO.• ESCADA TRASEIRA, LATERAL OU FRONTAL, DE NO MÍNIMO 1,5M DE LARGURA EM ESTRUTURA METÁLICA COM ACABAMENTO EM MADEIRA PINTADA OU EMBORRACHADA OU ACARPETADA COM CORRIMÃO NAS DUAS LATERAIS, CONFORME NORMAS DA ABNT.• 02 CAMARINS, EM CONTAINER, OCTANORM OU TIPO TENDA, COM APROXIMADAMENTE 15M² DE ÁREA, COM PISO NIVELADO E ACARPETADO,• 06 PRATICÁVEIS, TIPO PLATAFORMA, METÁLICO, PANTOGRÁFICO OU TELESCÓPICO, UNIDADES COM MEDIDA APROXIMADA DE 2 X 1M, ALTURA COM REGULAGEM DE 20CM A 1M, TAMPO EM COMPENSADO RESISTENTE			
3	02 (DOIS) CAMARINS OCTORME, MEDIDNO 04 X 04 DE LARGURA E COMPRIMENTO COM AR CONDICIONADO E ORNAMENTAÇÃO (SOFÁ, MESA, ARARA, CADEIRA E ESPELHO) OS ITENS DE ORNAMENTAÇÃO SÃO IMPRETERÍVEIS.	DIA	São João Cassilândia / São Pedro São José	6
4	03 (TRÊS) TELÕES EM LED NA MEDIDA DE 8M ² (CADA), 4,0X2,0M, SENDO 24 PAINÉIS DE LED OUTDOOR EXTERNO, COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO Q-30.	DIA	são joão sede / Anivessário da Cidade	6



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

5	05 (CINCO) SANITÁRIOS QUÍMICOS EM EXCELENTE CONSERVAÇÃO (PREFERENCIALMENTE NOVOS)CONTENDO CAIXA DE DEJETOS COM ASSENTO; SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO; PISO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICAÇÃO (MASCULINO E FEMININO); PONTO DE VENTILAÇÃO NATURAL; SISTEMA DE TRAVA INTERNA; MICTÓRIO; TETO TRANSLÚCIDO; INCLUINDO TRANSPORTE, UMA MANUTENÇÃO DIÁRIA COM LIMPEZA, LAVAGEM E RETIRADA DE DEJETOS PARA SER DESCARTADO EM LOCAL APROPRIADO E DEVIDAMENTE AUTORIZADO, DEVENDO SER INFORMADO POR ESCRITO O LOCAL DESCARTE DOS DEJETOS, FICANDO A EMPRESA RESPONSÁVEL POR QUALQUER DANO AO MEIO AMBIENTE.	DIÁ	Sete de setembro / São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Anivessário da Cidade	13
6	06 (SEIS) CAMARINS OCTORME, MEDIDAS E MONTAGEM CONFORME PLANTA ANEXO COM AR CONDICIONADO	DIÁ	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Anivessário da Cidade	12
7	10 (DEZ) SANITÁRIOS QUÍMICOS CONTENDO CAIXA DE DEJETOS COM ASSENTO; SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO; PISO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICAÇÃO (MASCULINO E FEMININO); PONTO DE VENTILAÇÃO NATURAL; SISTEMA DE TRAVA INTERNA; MICTÓRIO; TETO TRANSLÚCIDO; INCLUINDO TRANSPORTE, UMA MANUTENÇÃO DIÁRIA COM LIMPEZA, LAVAGEM E RETIRADA DE DEJETOS PARA SER DESCARTADO EM LOCAL APROPRIADO E DEVIDAMENTE AUTORIZADO, DEVENDO SER INFORMADO POR ESCRITO O LOCAL DESCARTE DOS DEJETOS, FICANDO A EMPRESA RESPONSÁVEL POR QUALQUER DANO AO MEIO AMBIENTE.	DIÁ	são joão sede / Anivessário da Cidade	8



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

8	ELEVADO PARA A POLÍCIA MILITAR DESCRIÇÃO: ESTRUTURA TUBULAR, COM BANCO, ESCADA COM CORRIMÃO, COBERTURA EM LONA, MEDINDO 2,5M X 1,2M; - INSTALAÇÃO: LOCAL A DEFINIR PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO; - PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: A DEFINIR PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO; - OS ELEVADOS DEVERÃO ESTAR MONTADOS COM NO MÍNIMO 72 HORAS DE ANTECEDÊNCIA DO INÍCIO DO EVENTO; OS ELEVADOS DEVERÃO SER RETIRADOS NO MÁXIMO 24 HORAS APÓS O TÉRMINO DO EVENTO.	DIÁ	são joão sede / Anivessário da Cidade	40
9	GERADOR CUMMINS POWER GENERATION MODELO C200 D6-4 260 KVA (208KW) EM REGIME DE EMERGÊNCIA (STANDBY) OU 2407KVA (192KW) EM REGIME DE FONTE PRINCIPAL (PRIME) 60HZ 380 VOLTS ENTRE FASES E 220 VOLTS ENTRE FASE E NEUTRO COM SISTEMA DE ARREFECIMENTO POR RADIADOR SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DIGITAL PARA OPERAÇÃO MANUAL E CARENADO A 75 DB MG 260KVA MANUAL E CARENADO A 75 DBS MOTOR DIESEL CUMMINS MODELO 6CTA AA 8 3-G1 COM SISTEMA DE ARREFECIMENTO POR RADIADOR 6 CILINDROS EM LINHA DESLOCAMENTO VOLUMÉTRICO DE 8 3 LITROS 1800 RPM CUSTO DA DIÁRIA. ABASTECIDO	DIÁ	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Anivessário da Cidade	12
10	GRADES DE CONTENÇÃO TUBULAR COM 2M DE COMPRIMENTO POR 1,00 M DE ALTURA.	UND	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Anivessário da Cidade	600



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

11	PAVILHÃO DE ALUMÍNIO TAMANHO 12 DE LARGURA POR 24 DE COMPRIMENTO, ALTURA COM PÉ DIREITO DE 5M, revestido com lona tipo nightday, anti-chama, anti-mofo, anti-uv, vulcanizado através de solda eletrônica, modelo modelo duas águas	DIÁ	Eventos diversos	3
12	GRIDE DE ALUMÍNIO 8X6 COM DUAS PASSADAS DE 9 METROS CADA	DIÁ	são joão sede / Anivessário da Cidade	3
13	ILUMINAÇÃO 04 MINI BRUTE 1 CANHÃO SEGUIDOR 12 LIBALTAS 08 COB 1 RACK DMX 24 VIAS 1 MESA MA • 36 UNIDADES DE REFLETORES PAR 64 – SENDO 12 UNIDADES DE FOCO 05 - 24 CANAIS DE RACK DIMMER – HPL • CABOS E EXTENSÕES – SUFICIENTES PARA O SISTEMA - GELATINAS DIVERSAS • 02 MÁQUINA DE FUMAÇA COM VENTILADOR • 36 CANHÕES PAR LED 3W – 54 LED • 32 APARELHOS MOVINGS BEAN 12 R • 01 PEROLA 2004 • 04 VARAS ACL • 40 METROS DE Q 30, COM 04 SLEEVES E QUATRO TALHAS, PARA MONTAGEM DAS TORRES DE P/A • 10 GARRAS PARA INSTRUMENTOS	DIÁ	São João Cassilândia / São Pedro São José	6
14	KIT MOBILIÁRIO PARA CAMARINS: 01 SOFÁ DE DOIS LUGARES 1,60 X 0,90 M, 04 SOFÁ DE TRÊS LUGARES 2,00 X 0,90 M, 35 CADEIRA ACOLCHOADA, 03 MESA DE CENTRO 1,20 X 0,60 M, 03 MESA DE CENTRO 1,20 X 0,60 M, 05 MESA 2,00 X 1,00 M, 02 MESA DE CANTO 0,70 X 0,70 M, 02 MESA DE CANTO 0,70 X 0,70 M, 02 MESA DE CANTO (REDONDA) 0,70M, 02 REFRIGERADOR VERTICAL COM PORTA DE VIDRO, 04 ESPELHO, 01 MESA 1,60 X 0,80 M, 04 CAIXA TÉRMICA 0,70 X 0,70 M, 02 CORTINA, 04 ARARAS (CABIDEIRO)	DIÁ	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Anivessário da Cidade / sete de setembro	13



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

15	<p>PAINEL DE ALTA DEFINIÇÃO DE 5MM - LOCAÇÃO 01 PAINEL DE LED MEDINDO 10X 4 M TOTAL DE 40 M2 RESOLUÇÃO DOT PITCH 4MM, CONFIGURAÇÃO DO PIXEL 3IN1 (BLACK FACE), IP 65 FRONT / IP43 BACK, TAXA DE REFRESH RATE >3800HZ, TEMPERATURA DE COR 8000K ± 500K, ANGULO DE VISÃO DE 140 GRAUS, BRIGHTNESS: 2000CD/M2, GABINETE EM ALUMÍNIO, QUE PERMITA SER TROCADO SUBSTITUÍDO COM O PAINEL MONTADO, COM SISTEMA DE BUMPER PARA FIXAÇÃO DE MECANISMO PARA AUTOMAÇÃO (TALHA ELÉTRICA),CAPAZ DE REPRODUZIR VÍDEO EM REAL TIME E SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE VÍDEO RECEBA INPUT S DO TIPO SDI, VGA, VC, HDMI E DVI E OUTPUT S VIA CABO ETHERNET COM SISTEMA DE REDUNDÂNCIA 06 TALHA ELÉTRICA, SISTEMA DE ELEVAÇÃO CONTROLADO COM CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA DE 1 TON, CORRENTE DE ELEVAÇÃO COM 16M, CAPACIDADE DE ACENDER E DESCER, COM INVERSOR DE FREQUÊNCIA, CONTROLE DE RAMPA PARA ACIONAMENTO EVITANDO SOLAVANCOS NA ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO DISPONIBILIZADA PARA ESTE FIM, SISTEMA DE BLOQUEAMENTO ELETRÔNICO E MECÂNICO DE SOBRECARGA, VELOCIDADE DE OPERAÇÃO 4,9M/MIN, O PAINEL DEVERA SER MONTADO, COM SISTEMA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE, COMPOSTO POR COMANDO DE ACIONAMENTO DOS MOTORES (TALHA ELÉTRICA) INDIVIDUAL E EM CONJUNTO LIMITADO AO NÚMERO MÁXIMO DE MOTORES INSTALADOS, SENSORIADO, DISPOSITIVO ANTI COLISÃO DO PAINEL E PROTEÇÃO MECÂNICA, SYNC E VELOCIDADE DE VIAGEM, COMPREENDENDO ENTÃO SUA TRAJETÓRIA EM UM ÚNICO EIXO.</p>	DIA	<p>São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Aniversário da Cidade / sete de setembro</p>	13
----	---	-----	--	----



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

16	<p>PAINEL DE ALTA DEFINIÇÃO DE 5MM - LOCAÇÃO 01 PAINEL DE LED MEDINDO 5X3 M TOTAL DE 40 M2 RESOLUÇÃO DOT PITCH 4MM, CONFIGURAÇÃO DO PIXEL 3IN1 (BLACK FACE), IP 65 FRONT / IP43 BACK, TAXA DE REFRESH RATE >3800HZ, TEMPERATURA DE COR 8000K ± 500K, ANGULO DE VISÃO DE 140 GRAUS, BRIGHTNESS: 2000CD/M2, GABINETE EM ALUMÍNIO, QUE PERMITA SER TROCADO SUBSTITUÍDO COM O PAINEL MONTADO, COM SISTEMA DE BUMPER PARA FIXAÇÃO DE MECANISMO PARA AUTOMAÇÃO (TALHA ELÉTRICA),CAPAZ DE REPRODUZIR VÍDEO EM REAL TIME E SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE VÍDEO RECEBA INPUT S DO TIPO SDI, VGA, VC, HDMI E DVI E OUTPUT S VIA CABO ETHERNET COM SISTEMA DE REDUNDÂNCIA 06 TALHA ELÉTRICA, SISTEMA DE ELEVAÇÃO CONTROLADO COM CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA DE 1 TON, CORRENTE DE ELEVAÇÃO COM 16M, CAPACIDADE DE ACENDER E DESCER, COM INVERSOR DE FREQUÊNCIA, CONTROLE DE RAMPA PARA ACIONAMENTO EVITANDO SOLAVANCOS NA ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO DISPONIBILIZADA PARA ESTE FIM, SISTEMA DE BLOQUEAMENTO ELETRÔNICO E MECÂNICO DE SOBRECARGA, VELOCIDADE DE OPERAÇÃO 4,9M/MIN, O PAINEL DEVERA SER MONTADO, COM SISTEMA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE, COMPOSTO POR COMANDO DE ACIONAMENTO DOS MOTORES (TALHA ELÉTRICA) INDIVIDUAL E EM CONJUNTO LIMITADO AO NÚMERO MÁXIMO DE MOTORES INSTALADOS, SENSORIADO, DISPOSITIVO ANTI COLISÃO DO PAINEL E PROTEÇÃO MECÂNICA, SYNC E VELOCIDADE DE VIAGEM, COMPREENDENDO ENTÃO SUA TRAJETÓRIA EM UM ÚNICO EIXO.</p>	DIÁ	são joão sede / Anivessário da Cidade	6
17	<p>PORTAL DE ALUMÍNIO BOX TRIM. P30 COM AS SEGUINTES MEDIDAS PÉ COM 6 M ALTURA E 26 M DE COMPRIMENTO</p>	DIÁ	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Anivessário da Cidade / sete de setembro	13



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

18	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COMPOSTO POR: 24 REFLETORES PAR 64 (FOCO 5) 60 PAR LED RGB-W 08 MINE BRUTS LED BLINDADOS 36 MOVING PRO 500 LED 12 WASH LED GTD 12 ELIPSOIDAIAS 08 STROBO DE LED 16 P5 RIBALTA 24 CANAIS DMX 02 CANHÃO SEGUIDOR 1200 02 MÁQUINA HAZE COM VENTILADOR 01 MESA DE ILUMINAÇÃO REGIA 2008 (AVOLIGHT COPIA) 02 MA COMAND WING COMPLETA E ORIGINAL 200 METROS ESTRUTURAS Q30/50 20 PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS	DIÁ	São João Sede / Aniverssário da Cidade	6
19	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COMPOSTO POR: 02 NORTON ALS1/SUB 21" 01 NORTON LS3/SUB 18" CONSOLES 01 DIGI S6L24C 01 DIGICO QUANTUN 225 02 YAMAHA PM5DRH 01 DIGI SC48 PERIFÉRICOS 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. VP1 VALVE CLASSIC (PROCESSOR) 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. 5021 DUAL VALVE (COMPRESSOR) 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. 5050 MONO VALVE (PRÉ AMP +COMPRESSOR) 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. 5001 QUAD VALVE (PRÉ AMP) 02 PROCESSADOR DBX DRIVE RACK 4800 02 PROCESSADOR DBX DRIVE RACK PA RETORNOS INDIVIDUAIS P/ INSTRUMENTOS 01 HARTKE SYSTEM 5000 COMPLETO 01 AMPEG SVT CLASSIC COMPLETO 01 HARTKE SYSTEM 2000 02 JCM 900(CABEÇOTE E CAIXA.) 02 FENDER TWIN AMP 01 ROLAND JC 120 JAZZ CHORUS MONITORES 18 MOD. SM 400 04SUB P/ BATERIA SB850 04 CXS. SB 850 SIDE 04 CXS. KF 850 SIDE 01 SISTEMA DE SIDE ATTACK COMPLETO. MICROFONES. 01 KIT BATERIA SENNHEISER (COMPLETO)	DIÁ	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Anivessário da Cidade	12



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

	01 KIT BATERIA SHURE BETA (COMPLETO) 01 RE20-EV 02 D112-AKG 02 SHURE SM 91 02 SHURE BETA 52 30 SHURE SM 57 30 SHURE SM 58 08 SHURE SM 57 BETA 10 SHURE SM 58 BETA 08 SHURE SM 81 05 SHURE SM 98 02 SHURE S/FIO QLXD BETA 58 UHF 02 SHURE S/FIO UR4D 03 SENNHEISER S/ FIO 835 05 SENNHEISER E 904 05 SENNHEISER MD 421 II 09 SENNHEISER E 604 02 SENNHEISER E 614 10 DIRECT BOX ATIVOS 40 DIRECT BOX PASSIVOS 03 AKG C 518 05 AKG C 480 02 AKG C1000 04 SISTEMAS SENNHEISER EW300 PARA ATENDER BANDAS NACIONAIS (CHICLETE, HARMONIA, XANDY AVIÃO, ETC)			
20	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO SIMPLES PARA PEQUENOS E MÉDIOS AMBIENTES ABERTOS, COMPOSTO DOS SEGUINTE ITENS: • 10 MICROFONES COM FIO SM 58 • 02 MICROFONES SEM FIO • 01 PROCESSADOR DE EFEITOS REVERB SPX 990 • 01 MESA DE SON 16 CANAIS • 02 EQUALIZADORES GRÁFICOS 31 BANDAS • 04 CAIXAS DE SOM AMPLIFICADAS 02 VIAS COM 600W DE POTÊNCIA • 02 CAIXAS DE SUBGRAVE COM 800W DE POTÊNCIA CADA • 01 APARELHO DE CD PLAY • 08 REFLETORES COM LÂMPADAS PAR 64.	DIA	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Aniversário da Cidade	12



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

21	<p>SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PALCO :</p> <ul style="list-style-type: none">• 02- CONSOLES DE DIGITAIS(TENDO COMO REFERÊNCIA (MESA DIGICO) COM NO MÍNIMO 48 CANAIS MONOS + 08 CABOUS STÉREOS, 30 FADERS FÍSICOS, 04 RETORNOS DE EFEITO ESTÉREO, 08 PROCESSADORES DE EFEITOS, 12 EQUALIZADORES GRÁFICOS DE 31 BANDAS, 501 MEMÓRIAS DE CENA, 24 MIXBUSES, 08 MATRIX E 08 DCAS E 04 9QUATRO) FONTES.• 02 - PROCESSADORES DE ÁUDIO COM FUNCIONAMENTO EM 48 E 96 KHZ E 04 ENTRADAS ANALOGIAS E DIGITAIS EM AES/EDU 08 SAÍDAS ANALOGIAS E DIGITAIS, EQUALIZADOR GRÁFICO DE 31 BANDAS 02 TORES DE DELAY COM 8 ALDAS DE CADA LADO E 04 SUB DE CADA LADO• 01 - SISTEMA DE MULTICABOS 64 VIAS• 01 - ESTABILIZADOR DE ENERGIA ELÉTRICA• 01 - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTREHORE MIX E PALCO• 24 - CAIXAS ACÚSTICAS PARA PA L/R LINEARRAY - 3 VIAS, CADA UMA CONTENDO: 2 FALANTES DE 800 WTTS RMS CADA, DEDICADO PARA O GRAVE (12" OU 15"L) 4 FALANTES DE 300 WATTS RMS CADA, DEDICADO PARA O MÉDIO (4,5", 5,5" OU 6") E DRIVERS TITÂNIO 120 WATTS RMS CADA, DEDICADO PARA O AGUDO (2" OU 1,5").• 24 - CAIXAS ACÚSTICAS MODELO SUB GRAVE COM AUTO FALANTES DE 18" OU 21" E NO MÍNIMO 1600 WATTS RMS, PODENDO SER EM CAIXAS DUPLAS OU NÃO (TOTALIZANDO 40 AUTO FALANTES).• 01 - SISTEMA DE FRONT FILL COM 04 CAIXAS PROCESSADAS• 02 - BUMPERS PARA FIXAÇÃO DE CAIXAS COM TALHAS DE 2 TONELADAS E 12 M DE ELEVACÃO• 01 - SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO EM QUANTIDADES E COMPATIBILIDADE COM O SISTEMA• 04 - FONT FILL (2X12+DRIVER)• 01 - SISTEMA DE ENERGIA TRIFÁSICO E ATERRADO, COM CAPACIDADE PARA INSTALAR 250 AMPERES DE CARGA• 01 - AMPLIFICADOR PARA GUITARRA COM 04 FALANTES DE 12 POLEGADAS VALVULADO.• 01 - AMPLIFICADOR PARA GUITARRA COM 02 FALANTES DE 12 POLEGADAS.• 01 - AMPLIFICADOR PARA BAIXO COM 08 FALANTES DE 08 POLEGADAS E POTENCIA DE 3000 WATTS.	DIA	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Anivessário da Cidade	12
----	---	-----	---	----



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

<ul style="list-style-type: none">• 01 - SISTEMA DE SIDE FILL (STEREO) DUPLO 03 VIAS.• 02 - CAIXAS DE SUB GRAVE DUPLAS PARA BATERIA E PERCUSSÃO.• 30 - PEDESTAIS PARA MICROFONES MODELO GIRAFÁ.• 15 - GARRAS PARA MICROFONES MODELO CLAMP.• 50 - MICROFONES PARA VOZ E INSTRUMENTOS.• 07 - MEDUSA 12 VIAS COM MULTIPINO.• 120 - CABOS XLR/XLR• 40 - CABOS P10/P10• 01 - SISTEMA DE ENERGIA PARA PALCO COM TOMADAS 110V.• 12 - PRATEÁVEIS PANTOGRAFICOS COM RODAS• 01- SISTEMA DE SOM PARA TORRE DE DELAY CONTENDO 06 CAIXAS LINEAR RAY DE 03 VIAS COM 02 FALANTES DE 12" OU 15" DE 800 WATTS RMS CADA, 04 FALANTES DE 4,5", 5,5" OU 6" DE 300 WATTS RMS CADA E 02 DRIVES TITÂNIO 2" OU 1,5" DE 120 WATTS RMS, 12 SUB GRAVE COM FALANTES DE 18" OU 21" E NO MÍNIMO 1600 WATTS RMS PODENDO SER EM CAIXAS DUPLAS OU NÃO, AMPLIFICADORES COMPATÍVEIS COM O SISTEMA			
--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

22	<p>SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PALCO :</p> <ul style="list-style-type: none">• 02- CONSOLES DE DIGITAIS(TENDO COMO REFERÊNCIA (MESA PM5D) COM NO MÍNIMO 48 CANAIS MONOS + 08 CABAUS STÉREOS, 30 FADERS FÍSICOS, 04 RETORNOS DE EFEITO ESTÉREO, 08 PROCESSADORES DE EFEITOS, 12 EQUALIZADORES GRÁFICOS DE 31 BANDAS, 501 MEMÓRIAS DE CENA, 24 MIXBUSES, 08 MATRIX E 08 DCAS E 04 9QUATRO) FONTES.• 02 - PROCESSADORES DE ÁUDIO COM FUNCIONAMENTO EM 48 E 96 KHZ E 04 ENTRADAS ANALOGIAS E DIGITAIS EM AES/EDU 08 SAÍDAS ANALOGIAS E DIGITAIS, EQUALIZADOR GRÁFICO DE 31 BANDAS• 01 - SISTEMA DE MULTICABOS 64 VIAS• 01 - ESTABILIZADOR DE ENERGIA ELÉTRICA• 01 - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTREHORE MIX E PALCO• 20 - CAIXAS ACÚSTICAS PARA PA L/R LINEARRAY - 3 VIAS, CADA UMA CONTENDO: 2 FALANTES DE 800 WTS RMS CADA, DEDICADO PARA O GRAVE (12" OU 15"L) 4 FALANTES DE 300 WATTS RMS CADA, DEDICADO PARA O MÉDIO (4,5", 5,5" OU 6") E DRIVERS TITÂNIO 120 WATTS RMS CADA, DEDICADO PARA O AGUDO (2" OU 1,5").• 20 - CAIXAS ACÚSTICAS MODELO SUB GRAVE COM AUTO FALANTES DE 18" OU 21" E NO MÍNIMO 1600 WATTS RMS, PODENDO SER EM CAIXAS DUPLAS OU NÃO (TOTALIZANDO 40 AUTO FALANTES).• 01 - SISTEMA DE FRONT FILL COM 04 CAIXAS PROCESSADAS• 02 - BUMPERS PARA FIXAÇÃO DE CAIXAS COM TALHAS DE 2 TONELADAS E 12 M DE ELEVACÃO• 01 - SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO EM QUANTIDADES E COMPATIBILIDADE COM O SISTEMA• 04 - FONT FILL (2X12+DRIVER)• 01 - SISTEMA DE ENERGIA TRIFÁSICO E ATERRADO, COM CAPACIDADE PARA INSTALAR 250 AMPERES DE CARGA• 01 - AMPLIFICADOR PARA GUITARRA COM 04 FALANTES DE 12 POLEGADAS VALVULADO.• 01 - AMPLIFICADOR PARA GUITARRA COM 02 FALANTES DE 12 POLEGADAS.• 01 - AMPLIFICADOR PARA BAIXO COM 08 FALANTES DE 08 POLEGADAS E POTENCIA DE 3000 WATTS.• 01 - SISTEMA DE SIDE FILL (STEREO) DUPLO 03 VIAS.	DIA	São João Cassilândia / São Pedro São José	6
----	---	-----	---	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

	<ul style="list-style-type: none"> • 02 - CAIXAS DE SUB GRAVE DUPLAS PARA BATERIA E PERCUSSÃO. • 30 - PEDESTAIS PARA MICROFONES MODELO GIRAFÁ. • 15 - GARRAS PARA MICROFONES MODELO CLAMP. • 50 - MICROFONES PARA VOZ E INSTRUMENTOS. • 07 - MEDUSA 12 VIAS COM MULTIPINO. • 120 - CABOS XLR/XLR • 40 - CABOS P10/P10 • 01 - SISTEMA DE ENERGIA PARA PALCO COM TOMADAS 110V. • 12 - PRATEÁVEIS PANTOGRAFICOS COM RODAS • 01- SISTEMA DE SOM PARA TORRE DE DELAY CONTENDO 06 CAIXAS LINEAR RAY DE 03 VIAS COM 02 FALANTES DE 12" OU 15" DE 800 WATTS RMS CADA, 04 FALANTES DE 4,5", 5,5" OU 6" DE 300 WATTS RMS CADA E 02 DRIVES TITÂNIO 2" OU 1,5" DE 120 WATTS RMS, 12 SUB GRAVE COM FALANTES DE 18" OU 21" E NO MÍNIMO 1600 WATTS RMS PODENDO SER EM CAIXAS DUPLAS OU NÃO, AMPLIFICADORES COMPATÍVEIS COM O SISTEMA 			
23	<p>SISTEMA INTERMEDIÁRIO DE SONORIZAÇÃO DESTINADO A EVENTOS DE PEQUENO PORTE, COMPOSTO BASICAMENTE DE 8 CAIXAS DE GRAVES TOTAL 16 GRAVES</p> <p>12 LINEARRAY COPIA VRAUDIOMEDIO DE 12 + TI</p> <p>3 monitores de chão</p> <p>2 racks de potência</p> <p>1 central de energia trifásico</p> <p>kits microfone.</p> <p>cabos de instrumento</p> <p>1 mesa analogica de 32 canais yamaha</p>	DIA	Eventos diversos	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

24	02 Estruturas de arquibancadas tubulares pré-moldadas, móveis, medindo 10 metros comprimento cada, com módulos de 4 degraus, escadas de acesso, parapeito e corrimões, com fechamento de proteção no último decral, conforme normas de segurança, incluindo montagem e desmontagem. A estrutura deverá estar montada até 24 horas antes do horário do evento. (Necessidade de apresentação de projeto de área, ART e de aprovação pelo corpo de bombeiro). Incluso no orçamento todas as despesas diretas e indiretas com logística, a montagem/instalação, incluindo o período que antecede o evento necessário para a montagem e desmontagem pós evento. A empresa também deverá fornecer assistência durante a realização dos eventos conforme necessidade e solicitação.	DIÁ	sete de setembro	2
25	Mão de obra contratada para execução de serviços de segurança desarmada, no período	HORA	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Aniversário da Cidade	1840
26	01 podio de 5 lugares (1º ao 5º lugar)	DIÁ	Eventos diversos	4
27	BACK DROP DE ALUMINIO E LONA GALVANIZADA medindo 4 metros de largura por 02 de comprimento	DIÁ	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Aniversário da Cidade/ sete de setembro	10
28	TOLDOS 06 X 06 COM ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO COM LONA TIPO NIGHTDAY, ANTI-CHAMA, ANTI-MOFO, ANTI-UV, VULCANIZADO ATRAVÉS DE SOLDAS ELETRÔNICAS, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA, BRANCO, FIXADO ATRAVÉS DE COLUNAS REFORÇADAS EM TUBO DE 2.1/2"	DIÁ	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Aniversário da Cidade/ sete de setembro	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

29	TOLDOS 10 X 10 COM ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO COM LONA TIPO NIGHTDAY, ANTI-CHAMA, ANTI-MOFO, ANTI-UV, VULCANIZADO ATRAVÉS DE SOLDAS ELETRÔNICAS, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA, BRANCO, FIXADO ATRAVÉS DE COLUNAS REFORÇADAS EM TUBO DE 2.1/2"	DIA	São João Cassilândia / São Pedro São José/ são joão sede / Aniversário da Cidade/ sete de setembro	10
----	---	-----	--	----

5- APRESENTAÇÃO DOS VALORES ENCONTRADOS APÓS COTAÇÃO OFICIAL

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Referencial	Valor Total
1	01 PODIO DE 5 LUGARES (1º AO 5º LUGAR)	DIA	4	R\$ 516,00	R\$ 2.064,00
2	01 (UM) PALCO COBERTO, EM LONA ANTI-CHAMA, EM ALUMÍNIO P30 COM 136 MTS LINEAR MEDINDO 10 MT DE BOCA 8 MT DE PROFUNDIDADE, 1,80M DE ALTURA DO SOLO (PISO) E 09 MTS DE PÉ DIREITO ACOMPANHADO DOS RESPECTIVOS ACESSÓRIOS, PISO EM ESTRUTURA TUBULAR Q-30 ALUMÍNIO, COM CAPACIDADE DE SUSTENTAÇÃO, CONFORME NORMAS DA ABNT, REVESTIMENTO EM MADEIRA COMPENSADA NAVAL DE 25MM REVESTIDO DE LINÓLEO OU CARPETE NA COR PRETA. ESTRUTURA DEVERÁ SER TOTALMENTE ESTÁVEL, SEM QUE SEJAM PERCEBIDOS MOVIMENTOS LATERAIS E/OU LONGITUDINAIS, PARA ISSO, SE CASO NECESSÁRIO, A CONTRATADA DEVERÁ EFETUAR COLOCAÇÃO DE CONTRA PESOS. TODO PALCO DEVERÁ ESTAR ATERADO CONFORME NORMAS DA ABNT. • COBERTURA EM LONA ANTI-CHAMA PIRÂMIDE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUSTENTAÇÃO PARA 3.500 KG, TIPO ORBITAL COM LONA TIPO KP-100. TODA A "SAIA	DIA	6	R\$ 7.006,56	R\$ 42.039,36



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

3	01 (UM) PALCO COBERTO, EM LONA ANTI-CHAMA, EM ALUMÍNIO P30 COM 136 MTS LINEAR MEDINDO 14 MT DE BOCA 12 MT DE PROFUNDIDADE, 1,80M DE ALTURA DO SOLO (PISO) E 09 MTS DE PÉ DIREITO ACOMPANHADO DOS RESPECTIVOS ACESSÓRIOS, PISO EM ESTRUTURA TUBULAR Q-30 ALUMÍNIO, COM CAPACIDADE DE SUSTENTAÇÃO, CONFORME NORMAS DA ABNT, REVESTIMENTO EM MADEIRA COMPENSADA NAVAL DE 25MM REVESTIDO DE LINÓLEO OU CARPETE NA COR PRETA. ESTRUTURA DEVERÁ SER TOTALMENTE ESTÁVEL, SEM QUE SEJAM PERCEBIDOS MOVIMENTOS LATERAIS E/OU LONGITUDINAIS, PARA ISSO, SE CASO NECESSÁRIO, A CONTRATADA DEVERÁ EFETUAR COLOCAÇÃO DE CONTRA PESOS. TODO PALCO DEVERÁ ESTAR ATERRADO CONFORME NORMAS DA ABNT. • COBERTURA EM LONA ANTI-CHAMA PIRÂMIDE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUSTENTAÇÃO PARA 3.500 KG, TIPO ORBITAL COM LONA TIPO KP-100. TODA A "SAI	DIÁ	6	R\$ 8.525,00	R\$ 51.150,00
4	CAMARINS OCTORME, MEDIDNO 04 X 04 DE LARGURA E COMPRIMENTO COM AR CONDICIONADO E ORNAMENTAÇÃO (SOFÁ, MESA, ARARA, CADEIRA E ESPELHO) OS ITENS DE ORNAMENTAÇÃO SÃO IMPRETERÍVEIS.	DIÁ	12	R\$ 2.489,62	R\$ 29.875,44
5	ESTRUTURAS DE ARQUIBANCADAS TUBULARES PRÉ-MOLDADAS, MÓVEIS, MEDINDO 10 METROS COMPRIMENTO CADA, COM MÓDULOS DE 4 DEGRAUS, ESCADAS DE ACESSO, PARAPEITO E CORRIMÕES, COM FECHAMENTO DE PROTEÇÃO NO ÚLTIMO DECRAL, CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM. A ESTRUTURA DEVERÁ ESTAR MONTADA ATÉ 24 HORAS ANTES DO HORÁRIO DO EVENTO. (NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE ÁREA, ART E DE APROVAÇÃO PELO CORPO DE BOMBEIRO). INCLUSOS NO ORÇAMENTO TODAS AS DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS COM LOGISTICA, A MONTAGEM/INSTALAÇÃO, INCLUINDO O PERÍODO QUE ANTECEDE O EVENTO NECESSÁRIO PARA A MONTAGEM E DESMONTAGEM PÓS EVENTO. A EMPRESA TAMBÉM DEVERÁ FORNECER ASSISTÊNCIA DURANTE A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS CONFORME NECESSIDADE E SOLICITAÇÃO.	DIÁ	4	R\$ 1.825,56	R\$ 7.302,24
6	TELÃO EM LED NA MEDIDA DE 8M² (CADA), 4,0X2,0M, SENDO 24 PAINÉIS DE LED OUTDOOR EXTERNO, COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO Q-30.	DIÁ	18	R\$ 2.809,45	R\$ 50.570,10



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

7	SANITÁRIO QUÍMICO EM EXCELENTE CONSERVAÇÃO (PREFERENCIALMENTE NOVOS)CONTENDO CAIXA DE DEJETOS COM ASSENTO; SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO; PISO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICAÇÃO (MASCULINO E FEMININO); PONTO DE VENTILAÇÃO NATURAL; SISTEMA DE TRAVA INTERNA; MICTÓRIO; TETO TRANSLÚCIDO; INCLUINDO TRANSPORTE, UMA MANUTENÇÃO DIÁRIA COM LIMPEZA, LAVAGEM E RETIRADA DE DEJETOS PARA SER DESCARTADO EM LOCAL APROPRIADO E DEVIDAMENTE AUTORIZADO, DEVENDO SER INFORMADO POR ESCRITO O LOCAL DESCARTE DOS DEJETOS, FICANDO A EMPRESA RESPONSÁVEL POR QUALQUER DANO AO MEIO AMBIENTE.	DIÁ	65	R\$ 304,68	R\$ 19.804,20
8	CAMARIM OCTORME, MEDIDAS E MONTAGEM CONFORME PLANTA ANEXO COM AR CONDICIONADO	DIÁ	72	R\$ 2.927,69	R\$ 210.793,68
9	SANITÁRIO QUÍMICO CONTENDO CAIXA DE DEJETOS COM ASSENTO; SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO; PISO ANTIDERRAPANTE, IDENTIFICAÇÃO (MASCULINO E FEMININO); PONTO DE VENTILAÇÃO NATURAL; SISTEMA DE TRAVA INTERNA; MICTÓRIO; TETO TRANSLÚCIDO; INCLUINDO TRANSPORTE, UMA MANUTENÇÃO DIÁRIA COM LIMPEZA, LAVAGEM E RETIRADA DE DEJETOS PARA SER DESCARTADO EM LOCAL APROPRIADO E DEVIDAMENTE AUTORIZADO, DEVENDO SER INFORMADO POR ESCRITO O LOCAL DESCARTE DOS DEJETOS, FICANDO A EMPRESA RESPONSÁVEL POR QUALQUER DANO AO MEIO AMBIENTE.	DIÁ	80	R\$ 304,68	R\$ 24.374,40
10	BACK DROP DE ALUMINIO E LONA GALVANIZADA MEDINDO 4 METROS DE LARGURA POR 02 DE COMPRIMENTO	DIA	10	R\$ 2.000,00	R\$ 20.000,00
11	ELEVADO PARA A POLÍCIA MILITAR DESCRIÇÃO: ESTRUTURA TUBULAR, COM BANCO, ESCADA COM CORRIMÃO, COBERTURA EM LONA, MEDINDO 2,5M X 1,2M; - INSTALAÇÃO: LOCAL A DEFINIR PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO; - PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: A DEFINIR PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO; - OS ELEVADOS DEVERÃO ESTAR MONTADOS COM NO MÍNIMO 72 HORAS DE ANTECEDÊNCIA DO INÍCIO DO EVENTO; OS ELEVADOS DEVERÃO SER RETIRADOS NO MÁXIMO 24 HORAS APÓS O TÉRMINO DO EVENTO.	DIÁ	40	R\$ 747,88	R\$ 29.915,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

12	GERADOR CUMMINS POWER GENERATION MODELO C200 D6-4 260 KVA (208KW) EM REGIME DE EMERGÊNCIA (STANDBY) OU 2407KVA (192KW) EM REGIME DE FONTE PRINCIPAL (PRIME) 60HZ 380 VOLTS ENTRE FASES E 220 VOLTS ENTRE FASE E NEUTRO COM SISTEMA DE ARREFECIMENTO POR RADIADOR SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DIGITAL PARA OPERAÇÃO MANUAL E CARENADO A 75 DB MG 260KVA MANUAL E CARENADO A 75 DBS MOTOR DIESEL CUMMINS MODELO 6CTA AA 8 3-G1 COM SISTEMA DE ARREFECIMENTO POR RADIADOR 6 CILINDROS EM LINHA DESLOCAMENTO VOLUMÉTRICO DE 8 3 LITROS 1800 RPM CUSTO DA DIÁRIA. ABASTECIDO	DIÁ	12	R\$ 3.949,93	R\$ 47.399,16
13	GRADES DE CONTENÇÃO TUBULAR COM 2M DE COMPRIMENTO POR 1,00 M DE ALTURA.	UND	600	R\$ 29,39	R\$ 17.634,00
14	GRIDE DE ALUMÍNIO 8X6 COM DUAS PASSADAS DE 9 METROS CADA	DIÁ	3	R\$ 3.333,36	R\$ 10.000,08
15	ILUMINAÇÃO 04 MINI BRUTE 1 CANHÃO SEGUIDOR 12 LIBALTAS 08 COB 1 RACK DMX 24 VIAS 1 MESA MA • 36 UNIDADES DE REFLETORES PAR 64 – SENDO 12 UNIDADES DE FOCO 05 - 24 CANAIS DE RACK DIMMER – HPL • CABOS E EXTENSÕES – SUFICIENTES PARA O SISTEMA - GELATINAS DIVERSAS • 02 MÁQUINA DE FUMAÇA COM VENTILADOR • 36 CANHÕES PAR LED 3W – 54 LED • 32 APARELHOS MOVINGS BEAN 12 R • 01 PEROLA 2004 • 04 VARAS ACL • 40 METROS DE Q 30, COM 04 SLEEVES E QUATRO TALHAS, PARA MONTAGEM DAS TORRES DE P/A • 10 GARRAS PARA INSTRUMENTOS	DIÁ	6	R\$ 7.183,48	R\$ 43.100,88
16	KIT MOBILIÁRIO PARA CAMARINS: 01 SOFÁ DE DOIS LUGARES 1,60 X 0,90 M, 04 SOFÁ DE TRÊS LUGARES 2,00 X 0,90 M, 35 CADEIRA ACOLCHOADA, 03 MESA DE CENTRO 1,20 X 0,60 M, 03 MESA DE CENTRO 1,20 X 0,60 M, 05 MESA 2,00 X 1,00 M, 02 MESA DE CANTO 0,70 X 0,70 M, 02 MESA DE CANTO 0,70 X 0,70 M, 02 MESA DE CANTO (REDONDA) 0,70M, 02 REFRIGERADOR VERTICAL COM PORTA DE VIDRO, 04 ESPELHO, 01 MESA 1,60 X 0,80 M, 04 CAIXA TÉRMICA 0,70 X 0,70 M, 02 CORTINA, 04 ARARAS (CABIDEIRO)	DIÁ	13	R\$ 4.302,66	R\$ 55.934,58
17	MÃO DE OBRA CONTRATADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, NO PERÍODO	HOR	1840	R\$ 37,72	R\$ 69.404,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

18	PAINEL DE ALTA DEFINIÇÃO DE 5MM - LOCAÇÃO 01 PAINEL DE LED MEDINDO 10X 4 M TOTAL DE 40 M2 RESOLUÇÃO DOT PITCH 4MM, CONFIGURAÇÃO DO PIXEL 3IN1 (BLACK FACE), IP 65 FRONT / IP43 BACK, TAXA DE REFRESH RATE >3800HZ, TEMPERATURA DE COR 8000K ± 500K, ANGULO DE VISÃO DE 140 GRAUS, BRIGHTNESS: 2000CD/M2, GABINETE EM ALUMÍNIO, QUE PERMITA SER TROCADO SUBSTITUÍDO COM O PAINEL MONTADO, COM SISTEMA DE BUMPER PARA FIXAÇÃO DE MECANISMO PARA AUTOMAÇÃO (TALHA ELÉTRICA),CAPAZ DE REPRODUZIR VÍDEO EM REAL TIME E SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE VÍDEO RECEBA INPUT'S DO TIPO SDI, VGA, VC, HDMI E DVI E OUTPUT'S VIA CABO ETHERNET COM SISTEMA DE REDUNDÂNCIA 06 TALHA ELÉTRICA, SISTEMA DE ELEVAÇÃO CONTROLADO COM CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA DE 1 TON, CORRENTE DE ELEVAÇÃO COM 16M, CAPACIDADE DE ACENDER E DESCER, COM INVERSO	DIÁ	13	R\$ 4.231,98	R\$ 55.015,74
19	PAINEL DE ALTA DEFINIÇÃO DE 5MM - LOCAÇÃO 01 PAINEL DE LED MEDINDO 5X3 M TOTAL DE 40 M2 RESOLUÇÃO DOT PITCH 4MM, CONFIGURAÇÃO DO PIXEL 3IN1 (BLACK FACE), IP 65 FRONT / IP43 BACK, TAXA DE REFRESH RATE >3800HZ, TEMPERATURA DE COR 8000K ± 500K, ANGULO DE VISÃO DE 140 GRAUS, BRIGHTNESS: 2000CD/M2, GABINETE EM ALUMÍNIO, QUE PERMITA SER TROCADO SUBSTITUÍDO COM O PAINEL MONTADO, COM SISTEMA DE BUMPER PARA FIXAÇÃO DE MECANISMO PARA AUTOMAÇÃO (TALHA ELÉTRICA),CAPAZ DE REPRODUZIR VÍDEO EM REAL TIME E SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE VÍDEO RECEBA INPUT'S DO TIPO SDI, VGA, VC, HDMI E DVI E OUTPUT'S VIA CABO ETHERNET COM SISTEMA DE REDUNDÂNCIA 06 TALHA ELÉTRICA, SISTEMA DE ELEVAÇÃO CONTROLADO COM CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA DE 1 TON, CORRENTE DE ELEVAÇÃO COM 16M, CAPACIDADE DE ACENDER E DESCER, COM INVERSOR	DIÁ	6	R\$ 4.005,91	R\$ 24.035,46
20	PAVILHÃO DE ALUMÍNIO TAMANHO 12 DE LARGURA POR 24 DE COMPRIMENTO, ALTURA COM PÉ DIREITO DE 5M, REVESTIDO COM LONA TIPO NIGHTDAY, ANTI-CHAMA, ANTI-MOFO, ANTI-UV, VULCANIZADO ATRAVÉS DE SOLDAS ELETRÔNICA, MODELO MODELO DUAS ÁGUAS	DIA	3	R\$ 8.113,60	R\$ 24.340,80
21	PORTAL DE ALUMÍNIO BOX TRIM. P30 COM AS SEGUINTE MEDIDAS PÉ COM 6 M ALTURA E 26 M DE COMPRIMENTO	DIÁ	13	R\$ 3.161,95	R\$ 41.105,35



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

22	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COMPOSTO POR: 24 REFLETORES PAR 64 (FOCO 5) 60 PAR LED RGB-W 08 MINE BRUTS LED BLINDADOS 36 MOVING PRO 500 LED 12 WASH LED GTD 12 ELIPSOIDAI 08 STROBO DE LED 16 P5 RIBALTA 24 CANAIS DMX 02 CANHÃO SEGUIDOR 1200 02 MÁQUINA HAZE COM VENTILADOR 01 MESA DE ILUMINAÇÃO REGIA 2008 (AVOLIGHT COPIA) 02 MA COMAND WING COMPLETA E ORIGINAL 200 METROS ESTRUTURAS Q30/50 20 PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS	DIA	6	R\$ 13.461,54	R\$ 80.769,24
23	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COMPOSTO POR: 02 NORTON ALS1/SUB 21" 01 NORTON LS3/SUB 18" CONSOLES 01 DIGI S6L24C 01 DIGICO QUANTUN 225 02 YAMAHA PM5DRH 01 DIGI SC48 PERIFÉRICOS 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. VP1 VALVE CLASSIC (PROCESSOR) 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. 5021 DUAL VALVE (COMPRESSOR) 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. 5050 MONO VALVE (PRÉ AMP +COMPRESSOR) 01 PRÉ VAUVULADO TLAUDIO MOD. 5001 QUAD VALVE (PRÉ AMP) 02 PROCESSADOR DBX DRIVE RACK 4800 02 PROCESSADOR DBX DRIVE RACK PA RETORNOS INDIVIDUAIS P/ INSTRUMENTOS 01 HARTKE SYSTEM 5000 COMPLETO 01 AMPEG SVT CLASSIC COMPLETO 01 HARTKE SYSTEM 2000 02 JCM 900(CABEÇOTE E CAIXA.) 02 FENDER TWIN AMP 01 ROLAND JC 120 JAZZ CHORUS MONITORES 18 MOD. SM 400 04SUB P/ BATERIA SB850 04 CXS. SB 850 SIDE 04 CXS. KF 850 SIDE 01 SISTEMA DE SIDE ATTACK COMPLET	DIA	12	R\$ 15.094,13	R\$ 181.129,56
24	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO SIMPLES PARA PEQUENOS E MÉDIOS AMBIENTES ABERTOS, COMPOSTO DOS SEGUINTE ITENS: • 10 MICROFONES COM FIO SM 58 • 02 MICROFONES SEM FIO • 01 PROCESSADOR DE EFEITOS REVERB SPX 990 • 01 MESA DE SON 16 CANAIS • 02 EQUALIZADORES GRÁFICOS 31 BANDAS • 04 CAIXAS DE SOM AMPLIFICADAS 02 VIAS COM 600W DE POTÊNCIA • 02 CAIXAS DE SUBGRAVE COM 800W DE POTÊNCIA CADA • 01 APARELHO DE CD PLAY • 08 REFLETORES COM LÂMPADAS PAR 64.	DIA	12	R\$ 3.073,92	R\$ 36.887,04
25	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PALCO : • 02- CONSOLES DE DIGITAIS(TENDO COMO REFERÊNCIA (MESA DIGICO) COM NO MÍNIMO 48 CANAIS MONOS + 08 CABAUS STÉREOS, 30 FADERS FÍSICOS, 04 RETORNOS DE EFEITO ESTÉREO, 08 PROCESSADORES DE EFEITOS, 12 EQUALIZADORES GRÁFICOS DE 31 BANDAS, 501 MEMÓRIAS DE CENA, 24 MIXBUSES, 08 MATRIX E 08 DCAS E 04 9QUATRO) FONTES. • 02 - PROCESSADORES DE ÁUDIO COM FUNCIONAMENTO EM 48 E 96 KHZ E 04 ENTRADAS ANALOGIAS E DIGITAIS EM AES/EDU 08 SAÍDAS ANALOGIAS E DIGITAIS, EQUALIZADOR GRÁFICO DE 31 BANDAS 02 TORES DE DELAY COM 8 ALDAS DE CADA LADO E 04 SUB DE CADA LADO • 01 - SISTEMA	DIA	12	R\$ 12.005,37	R\$ 144.064,44



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

	DE MULTICABOS 64 VIAS • 01 - ESTABILIZADOR DE ENERGIA ELÉTRICA • 01 - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTREHORE MIX E PALCO • 24 - CAIXAS ACÚSTICAS PARA PA L/R LINEARRAY - 3 VIAS, CADA UMA CONTENDO: 2 FALANTES DE				
26	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PALCO : • 02- CONSOLES DE DIGITAIS(TENDO COMO REFERÊNCIA (MESA PM5D) COM NO MÍNIMO 48 CANAIS MONOS + 08 CABAUS STÉREOS, 30 FADERS FÍSICOS, 04 RETORNOS DE EFEITO ESTÉREO, 08 PROCESSADORES DE EFEITOS, 12 EQUALIZADORES GRÁFICOS DE 31 BANDAS, 501 MEMÓRIAS DE CENA, 24 MIXBUSES, 08 MATRIX E 08 DCAS E 04 9QUATRO) FONTES. • 02 - PROCESSADORES DE ÁUDIO COM FUNCIONAMENTO EM 48 E 96 KHZ E 04 ENTRADAS ANALOGIAS E DIGITAIS EM AES/EDU 08 SAÍDAS ANALOGIAS E DIGITAIS, EQUALIZADOR GRÁFICO DE 31 BANDAS • 01 - SISTEMA DE MULTICABOS 64 VIAS • 01 - ESTABILIZADOR DE ENERGIA ELÉTRICA • 01 - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTREHORE MIX E PALCO • 20 - CAIXAS ACÚSTICAS PARA PA L/R LINEARRAY - 3 VIAS, CADA UMA CONTENDO: 2 FALANTES DE 800 WTS RMS CADA, DEDICADO PARA O GRAVE (12" OU 15"L) 4 FALANTES	DIÁ	6	R\$ 12.374,72	R\$ 74.248,32
27	SISTEMA INTERMEDIÁRIO DE SONORIZAÇÃO DESTINADO A EVENTOS DE PEQUENO PORTE, COMPOSTO BASICAMENTE DE 8 CAIXAS DE GRAVES TOTAL 16 GRAVES 12 LINEARRAY COPIA VRAUDIOMEDIO DE 12 + TI 3 MONITORES DE CHÃO 2 RACKS DE POTÊNCIA 1 CENTRAL DE ENERGIA TRIFÁSICO KITS MICROFONE. CABOS DE INSTRUMENTO 1 MESA ANALOGICA DE 32 CANAIS YAMAHA	DIÁ	10	R\$ 4.111,90	R\$ 41.119,00
28	TOLDOS 06 X 06 COM ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO COM LONA TIPO NIGHTDAY, ANTI-CHAMA, ANTI-MOFO, ANTI-UV, VULCANIZADO ATRAVÉS DE SOLDAS ELETRÔNICAS, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA, BRANCO, FIXADO ATRAVÉS DE COLUNAS REFORÇADAS EM TUBO DE 2.1/2"	DIÁ	200	R\$ 307,92	R\$ 61.584,00
29	TOLDOS 10 X 10 COM ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO COM LONA TIPO NIGHTDAY, ANTI-CHAMA, ANTI-MOFO, ANTI-UV, VULCANIZADO ATRAVÉS DE SOLDAS ELETRÔNICAS, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA, BRANCO, FIXADO ATRAVÉS DE COLUNAS REFORÇADAS EM TUBO DE 2.1/2"	DIÁ	10	R\$ 1.404,61	R\$ 14.046,10

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

R\$ 1.509.707,17

Os valores estimados para essa contratação foram levantados considerando a pesquisa de preços formada pelas fontes Painel de Preços, Pesquisa publicada em mídias especializadas e pesquisa direta com fornecedores, em conformidade com o **termo de pesquisa, item 04 – Dos Parâmetros**. O valor estimado total para essa contratação é de **R\$ 1.509.707,17 (Um milhão, quinhentos e nove mil, setecentos e sete**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

reais e dezessete centavos), as fontes dos preços com seus respectivos valores e memória de cálculo constam anexo a este ETP.

PRAZO

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e Saldo existente.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com o levantamento de mercado, foram observadas as seguintes possibilidades:

A contratação de locações por diárias é a mais vantajosa para o Município, em vez de o município investir na compra de todos esses equipamentos, o que demandaria um alto custo inicial e responsabilidades pela manutenção, transporte, montagem, desmontagem e armazenamento dos equipamentos.

A locação é a forma mais viável, ao optar pela locação dos equipamentos, o município de Itambé-BA demonstra uma abordagem estratégica para a gestão de seus eventos, focando na otimização de recursos, na qualidade da infraestrutura e na eficiência operacional.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Em conformidade com o Art. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A presente proposta demonstra mais adequada seguir pela vertente do Registro de preço, considerando o menor preço por item na disputa.

A contratação visa garantir a locação de estrutura e equipamentos de forma parcelada através de diárias para atender parte das festividades do calendário Festivo Municipal.

Dessa forma, o Registro de Preço visa garantir uma contratação qualificada com melhor custo do mercado considerando o menor preço por item, promovendo a redução de custos. Além de contribuir para a eficiência operacional, segurança e o bom funcionamento das programações culturais do município.

8 – JUSTIFICATIVA PARCELAMENTO

A justificativa para aplicar o parcelamento reside na possibilidade de garantir a ampliação do planejamento financeiro, pois é possível prever os pagamentos futuros e organizar o fluxo de caixa.

Em atendimento aos principais eventos culturais da cidade que necessitam de uma boa estrutura o parcelamento pode ser a solução para adquirir os itens necessários rapidamente, sem comprometer o orçamento para outras despesas.

9 – RESULTADO PRETENDIDO

Garantir a estrutura necessária para a realização das festividades do calendário do município de Itambé-BA, proporcionar uma infraestrutura adequada e de qualidade para as festividades, permitindo que a Secretaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

de Esporte, Cultura e Lazer ofereça eventos bem-sucedidos e agradáveis para a população.

10 – PROVIDÊNCIAS CELEBRAÇÃO CONTRATO

Recomenda-se que a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer de Itambé-BA elabore um **Plano de Execução de Eventos** detalhado. Este planejamento deve realizar o levantamento prévio de todas as demandas e o dimensionamento das contratações correlatas, garantindo a integridade do objeto e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, de modo a mitigar riscos operacionais e evitar despesas imprevistas.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Antes do Evento:

1. **Atrações Artísticas e Culturais:**
 - **Shows Musicais:** Contratação de bandas, cantores, DJs.
 - **Apresentações Culturais:** Grupos de dança, teatro, folclore, artistas de rua.
 - **Palestras e Oficinas:** Se o evento incluir atividades educativas ou workshops.
2. **Serviços de Apoio e Segurança:**
 - **Segurança Privada:** Para controle de acesso, segurança do público, artistas e equipamentos.
 - **Brigadistas:** Para atuação em situações de emergência e primeiros socorros.
 - **Limpeza:** Para antes, durante e após o evento, incluindo coleta de lixo.
 - **Equipe de Apoio:** Recepcionistas, orientadores de público, fiscais.
3. **Infraestrutura Complementar:**
 - **Comercialização de Alimentação e Bebidas (Food Trucks, Barracas):** Se a prefeitura não for explorar diretamente, pode haver um chamamento público para permissionários.
 - **Ambulâncias e Equipe Médica:** Essenciais para garantir atendimento em caso de emergências de saúde.
 - **Estacionamento:** Organização e, se necessário, contratação de áreas de estacionamento e pessoal para gerenciamento.
 - **Sinalização:** Indicativa de locais, saídas de emergência, banheiros, etc.
 - **Cobertura de Seguro:** Para o evento em si, cobrindo responsabilidade civil, danos a terceiros, etc.
4. **Serviços de Divulgação e Marketing:**
 - **Criação de Material Promocional:** Flyers, cartazes, banners, artes para redes sociais.
 - **Divulgação em Mídias:** Rádio, televisão, jornais locais, mídias online.
 - **Assessoria de Imprensa:** Para gerar cobertura midiática do evento.
5. **Serviços Técnicos Especializados (podem ser separados da locação principal):**
 - **Projetos Técnicos:** Elétrico, estrutural (para montagens mais complexas).
 - **Responsáveis Técnicos:** Engenheiros, técnicos de segurança do trabalho.
6. **Gestão e Coordenação do Evento:**
 - **Empresa ou profissional especializado:** Para planejar, organizar, executar e supervisionar todas as etapas do evento.

Durante o Evento:

- **Equipe de Produção:** Técnicos de som e luz (se não inclusos na locação), roadies.
- **Intérpretes de Libras:** Se necessário para acessibilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Após o Evento:

- **Desmontagem e Limpeza Final:** (incluídas na locação).
- **Relatório Final do Evento:** Avaliação dos resultados, público, custos, etc.

É importante considerar:

- A legislação local e as normas da prefeitura para contratações públicas.
- O orçamento disponível para o evento.
- O cronograma detalhado das festividades.
- A necessidade de cada serviço em relação ao porte e tipo de evento.
- A possibilidade de realizar algumas atividades com recursos próprios (servidores municipais, equipamentos já existentes).

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Principais Impactos Ambientais Potenciais:

1. **Geração de Resíduos Sólidos:**
 - **Descartáveis:** Copos, pratos, talheres, embalagens de alimentos e bebidas utilizados pelo público e pela organização.
 - **Resíduos da Montagem e Desmontagem:** Sobras de materiais de construção (madeira, metal, plástico), embalagens dos equipamentos.
 - **Lixo Orgânico:** Restos de alimentos.
2. **Consumo de Energia:**
 - **Geradores:** Emissão de gases poluentes e ruído.
 - **Iluminação:** Consumo de eletricidade.
 - **Sonorização:** Consumo de eletricidade.
3. **Consumo de Água:**
 - **Banheiros Químicos:** Embora projetados para minimizar o uso, ainda consomem água para limpeza e recarga (em alguns modelos).
 - **Limpeza das Áreas:** Lavagem de palcos, tendas, etc.
4. **Poliuição Sonora:**
 - **Sonorização:** Níveis elevados de ruído podem afetar a fauna local e o bem-estar da população vizinha.
5. **Impacto no Solo e Vegetação:**
 - **Montagem e Desmontagem:** Danos à vegetação, compactação do solo pela movimentação de veículos e equipamentos.
 - **Disposição inadequada de resíduos:** Contaminação do solo.
6. **Emissões Atmosféricas:**
 - **Veículos:** Transporte de equipamentos, materiais e pessoas.
 - **Geradores:** Queima de combustíveis fósseis.
7. **Impacto Visual:**
 - **Estruturas Temporárias:** Poluição visual, especialmente se a montagem e desmontagem não forem rápidas.

Contratações e Providências a serem Pensadas para Mitigar Impactos:

1. **Gestão de Resíduos Sólidos:**
 - **Contratação de empresa especializada:** Para coleta seletiva, reciclagem e destinação adequada dos resíduos.
 - **Disponibilização de lixeiras:** Em quantidade suficiente e claramente identificadas para



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

diferentes tipos de resíduos.

- **Comunicação e conscientização do público:** Incentivar a separação correta dos resíduos.
- **Priorizar o uso de materiais reutilizáveis ou biodegradáveis:** Nos itens de consumo (copos, pratos, etc.).
- **Minimizar embalagens:** Solicitar aos fornecedores a redução de embalagens.
- **Compostagem de resíduos orgânicos:** Se viável.

2. Eficiência Energética:

- **Priorizar equipamentos de baixo consumo energético:** Iluminação LED, geradores eficientes.
- **Dimensionar corretamente a potência dos geradores:** Para evitar desperdício de combustível.
- **Considerar o uso de fontes de energia renovável:** Se possível (painéis solares para iluminação de áreas específicas).
- **Planejar a iluminação:** Evitar o uso excessivo e direcionar a luz para onde é necessário.

3. Uso Racional da Água:

- **Contratar banheiros químicos com sistemas de economia de água.**
- **Utilizar água de forma consciente na limpeza.**
- **Incentivar o uso de garrafas de água reutilizáveis pelo público.**

4. Controle da Poluição Sonora:

- **Definir níveis de ruído aceitáveis:** Em conformidade com a legislação municipal e as normas ambientais.
- **Realizar medições de ruído:** Durante o evento para garantir o cumprimento dos limites.
- **Utilizar barreiras acústicas:** Se necessário, para minimizar a propagação do som.
- **Informar a vizinhança:** Sobre os horários e níveis de ruído esperados.

5. Proteção do Solo e Vegetação:

- **Escolher locais de montagem com menor sensibilidade ambiental:** Evitar áreas de vegetação nativa ou áreas protegidas.
- **Utilizar proteções para o solo:** Lonas ou outras coberturas em áreas de maior tráfego de veículos e equipamentos.
- **Restaurar áreas afetadas:** Caso ocorram danos durante a montagem e desmontagem.

6. Controle de Emissões Atmosféricas:

- **Priorizar veículos com baixa emissão de poluentes:** Para transporte de equipamentos e pessoal.
- **Realizar a manutenção preventiva dos geradores:** Para garantir a queima eficiente de combustível.
- **Incentivar o transporte público, caronas e bicicletas:** Para o público e a equipe do evento.

7. Minimização do Impacto Visual:

- **Planejar a disposição das estruturas:** De forma a minimizar a obstrução de paisagens e a estética do local.
- **Utilizar materiais com cores neutras:** Nas estruturas e sinalizações.
- **Garantir a rápida desmontagem:** Das estruturas após o término do evento.

8. Licenciamento Ambiental:

- **Verificar a necessidade de licenciamento ambiental:** Para a realização do evento junto aos órgãos competentes.
- **Cumprir todas as exigências legais:** Incluindo a apresentação de planos de gestão ambiental, se necessário.

Ao considerar esses impactos e adotar medidas preventivas e de mitigação desde a fase de planejamento e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

contratação, a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer de Itambé-BA, poderá promover festejos municipais mais sustentáveis, minimizando os danos ao meio ambiente e contribuindo para a conscientização da população. É importante incluir critérios de sustentabilidade nos editais de licitação, valorizando empresas que apresentem boas práticas ambientais.

13 - DA VIABILIDADE

Por todo o exposto neste ETP, entendemos ser viável e necessária a contratação do objeto após análise pretendida pelo ordenador da despesa.

14 – DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Considerando a complexidade e a diversidade das demandas previstas no calendário cultural, a locação de estruturas com serviços integrados de montagem e desmontagem e Segurança privada para controle de acesso demonstra-se a solução mais adequada. A contratação de empresa especializada garante a eficiência operacional e a segurança técnica necessária para eventos de grande porte.

Além disso, a terceirização permite que o corpo técnico da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer concentre seus esforços nas atividades finalísticas de planejamento e gestão cultural. Diante do exposto, fundamentados nos estudos de custo-benefício e na capacidade técnica disponível no mercado, declaramos a viabilidade técnica e administrativa da presente contratação para o atendimento das festividades do município de Itambé-BA.

14. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Itambé-BA, 12 de maio de 2026

Demitantes:

CÉLIO GOMES BITTENCOURT

Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

MARCOS ANTONIO CAMPOS DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças e Gestão Orçamentária

DECRETO N.º 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2025

Elaborado:

CLÉCIA TEIXEIRA SANTOS SILVA

Assistente Administrativo – Lotado na Secr. de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

